

LEONARDO DAMBROSKI BUZZO

**A INFLUÊNCIA DAS CRUZADAS NA TRANSFORMAÇÃO DAS
RELAÇÕES ECONÔMICO-SOCIAIS NA IDADE MÉDIA**

Monografia apresentada para obtenção do grau de Bacharel no Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Igor Zanoni Constant Carneiro Leão.

**CURITIBA
2007**

TERMO DE APROVAÇÃO

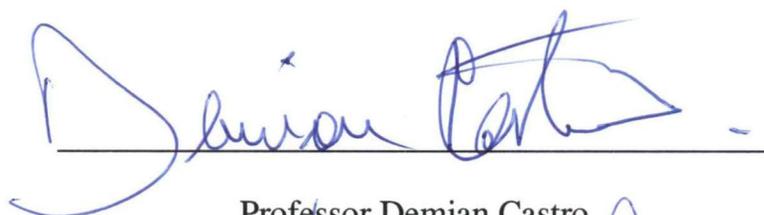
LEONARDO DAMBROSKI BUZZO

A INFLUÊNCIA DAS CRUZADAS NA TRANSFORMAÇÃO DAS RELAÇÕES
ECONÔMICO-SOCIAS NA IDADE MÉDIA

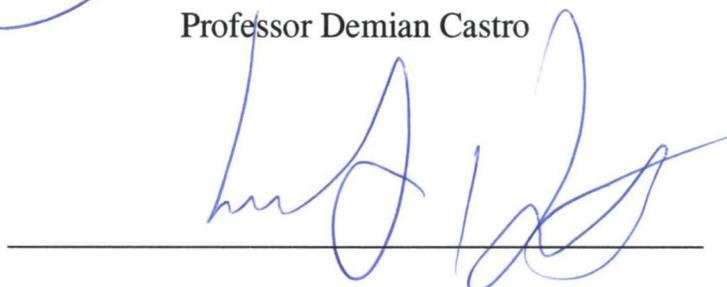
Monografia aprovada pelo Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná,
como parte dos requisitos necessários à obtenção de título de Bacharel em Ciências
Econômicas.



Professor Igor Zanoni Constant Carneiro Leão



Professor Demian Castro



Professor Luiz Antônio Domakosky

CURITIBA
2007

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1. A IDADE MÉDIA.....	7
1.1 IMPÉRIO BIZANTINO.....	7
1.1.1 O Surgimento da Europa.....	10
1.1.2 O Império Carolíngio.....	13
2. O FEUDALISMO.....	15
2.1 A CRISE DO SISTEMA FEUDAL.....	20
3. A IGREJA.....	25
3.1 A IGREJA - DESENVOLVIMENTO DA DOCTRINA CATÓLICA.....	25
3.2 A IGREJA E O PENSAMENTO ECONÔMICO NA IDADE MÉDIA.....	28
3.3 A IGREJA - DESENVOLVIMENTO DO PODER POLÍTICO E ECONÔMICO.....	32
4. AS CRUZADAS.....	37
4.1 AS MOTIVAÇÕES.....	37
4.2 A CRUZADA POPULAR.....	41
4.3 A PRIMEIRA CRUZADA (1096-1099).....	42
4.4 A SEGUNDA CRUZADA (1147-1149).....	43
4.5 A TERCEIRA CRUZADA (1189-1192).....	44
4.6 A QUARTA CRUZADA (1202-1204).....	45
4.7 A CRUZADA DAS CRIANÇAS (1212).....	46
4.8 A QUINTA CRUZADA (1217-1221).....	47
4.9 A SEXTA CRUZADA (1227-1229).....	47
4.10 A SÉTIMA CRUZADA (1248- 1251).....	48
4.11 A OITAVA CRUZADA (1270).....	49
5. REPERCUSSÕES DAS CRUZADAS.....	50
6. CONDIÇÕES PARA O CAPITALISMO.....	55

7. A CONTRIBUIÇÃO DAS CRUZADAS PARA O SURGIMENTO DO CAPITALISMO.....	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
REFERÊNCIAS.....	67
ANEXOS.....	69

INTRODUÇÃO

A Igreja teve grande importância nas transformações originadas na Idade Média, marcando a história. Neste contexto, seu maior feito foi a realização das Cruzadas, que causaram mudanças significativas na história da Europa no tocante à religião e à economia. Seus efeitos, intencionais ou não, resultaram em transformações culturais, no credo e principalmente reativaram o comércio.

Durante a execução das Cruzadas, seus líderes tiveram oportunidades de obter seus objetivos primeiros: libertarem as terras santas do poder muçumano. Porém, aliciados pela ambição, procurando riqueza e glória, prosseguiram de maneira egocêntrica com as expedições, que tomaram forma de uma guerra, ainda que muitas vezes pudessem ter sido evitadas pelo respeito muçumano ao culto cristão e a procura pelo convívio pacífico.

Diversos autores sugerem que o segundo período da Idade Média, século XI ao XV, corresponde à formação de algumas bases à posterior origem do capitalismo, sendo o mercantilismo correspondente a sua adolescência. Isto posto, não é por acaso que alguns fatos que auxiliaram a origem do capitalismo, como a retomada do comércio e a circulação de moedas, são buscados pelos historiadores no período da Idade Média, ou seja, época em que ocorreram as Cruzadas.

O presente trabalho procura enfatizar as causas e os diversos tipos de interesses que impulsionaram as Cruzadas e, principalmente, as suas conseqüências políticas e econômicas. O objetivo mais amplo é revelar a relação entre os movimentos cruzadistas e a transformação econômica pela qual passou a Europa paralelamente a esses movimentos.

Mais especificamente, pretende-se demonstrar que os principais objetivos das Cruzadas foram políticos e econômicos, e que o desenvolvimento comercial ocorrido na Europa, que possibilitou gradativamente o surgimento do capitalismo, teve influência das Cruzadas.

O primeiro capítulo deste trabalho procura evidenciar as origens do sistema feudal e as condições em que se encontrava a Europa anteriormente às Cruzadas.

percorrendo desde a queda do Império Romano, até a chegada dos povos bárbaros e o desmembramento do Império Carolíngio.

A população medieval sofreu, durante quase todo esse período, disputas internas, guerras externas e desordens pela falta de um poder político forte. O sistema, que então se estabeleceu na forma do feudalismo, que é tratado no segundo capítulo, ocorreu como uma forma natural de sobrevivência. Porém, o resultado desse sistema foi a opressão e exploração da grande maioria pobre pela minoria nobre e pelo poderoso clero.

Formou-se assim uma classe parasita e outra, miserável e trabalhadora, que sustentava os excessos da primeira e obtinha para si o mínimo para subsistência. Além disso, o homem medieval, que se alimentava principalmente de esperanças numa justa vida eterna, estava então submetido ao caos da religião e exploração. Sob o jugo de uma fé cega, não percebia sua condição de explorado ou não ousava desestruturar a “ordem divina” estabelecida.

Economicamente, a sociedade voltou-se para a produção agrícola, que por muito tempo manteve-se com produtividade inalterada, devido às míseras condições do trabalhador. Esse sistema declinaria com o crescimento populacional e com a reativação do comércio pelas Cruzadas, ocorridos no século XI.

A história da Igreja consta no terceiro capítulo. São demonstrados a evolução de sua doutrina religiosa, o desenvolvimento do seu poder e a sua intervenção na economia e na política. Ressalta-se a imensidão do seu poderio quando manteve a população de todo um continente subjugada durante séculos, inclusive reis e nobres. Esse poderio somente pôde ser enfraquecido quando, em consequência dos movimentos cruzadistas, seu poder voltou-se contra si própria. A burguesia, parte favorecida pelos efeitos das Cruzadas, é que pôde enfrentá-la, posicionando então poder econômico contra poder econômico, e adquirindo em consequência também poder político.

A definição, as motivações e os acontecimentos das Cruzadas encontram-se no capítulo quatro. As condições em que se encontrava a população européia, seu exército de mendigos, seu misticismo, seus interesses econômicos nas terras orientais, e mesmo

seu instinto de guerra, mostram que os homens estavam prontos para as “guerras santas”. Neste ponto, demonstra-se o clima de rivalidade em que estiveram envolvidas as expedições, em consequência dos interesses próprios de cada líder ou participante, bem como o ódio ao homem oriental, quando o ocidental depara-se com a miséria de sua condição comparada com a civilização oriental. As oito principais Cruzadas que foram realizadas tiveram seus objetivos superficialmente atingidos. Entretanto, suas principais consequências não foram planejadas e nem bem-recebidas pela classe dominante, que percebia a ameaça ao seu parasitismo.

No quinto capítulo, comentam-se os efeitos que as Cruzadas provocaram. A Igreja foi desacreditada, perdendo muito do seu prestígio e enfraquecendo seu poder. Os ocidentais desenvolveram o gosto pelo luxo, trazendo do Oriente os produtos finos que incentivaram o comércio, enriquecendo os mercadores. Essa classe fortalecida apoiou o rei, que pôde então centralizar o poder, o que possibilitou o surgimento do Estado Absolutista. Com o incremento do comércio, a moeda voltou a circular e surgiram as práticas bancárias. Uma nova cultura foi transmitida ao Ocidente, acabando com o misticismo da população que fortalecia o sistema feudal e a Igreja, e impedia o desenvolvimento do comércio.

O sexto capítulo trata das condições que permitem a um sistema ser chamado de capitalista. As rendas proporcionadas pela terra e pela prática da usura possibilitavam a acumulação de capital, quando transferidas do senhor feudal para o investidor. O comércio então faz surgir a mão-de-obra assalariada e a monetização. Quando em crise, este comércio estimulou a busca de metais preciosos, fazendo nascer o colonialismo e o mercantilismo. O comércio começa a sofrer a intervenção do Estado na busca do fortalecimento de sua economia em particular, movida pelos interesses da classe capitalista que mantém o rei.

Por último, no sétimo capítulo, destaca-se a influência das Cruzadas para o surgimento do capitalismo. A maneira pela qual as Cruzadas iniciam a acumulação de capital é primeiramente pela transferência da renda aos mercadores através do consumo exigido pelas expedições, e depois, pela influência recebida no Oriente. O

fracasso religioso da Igreja e suas práticas de acumulação de riqueza são os fatores que despertaram a mente medieval para a ambição pelo lucro.

1. A IDADE MÉDIA

Idade Média é o nome dado ao ciclo histórico entre a queda do Império Romano do Ocidente (476) e a tomada de Constantinopla pelos turcos (1453), ou seja, os tempos que decorreram desde a ruína do Império Romano até o estabelecimento das grandes monarquias modernas (século XV), segundo MICHALANY (1967).

A alta Idade Média corresponde ao período de desenvolvimento do feudalismo, entre os séculos V a XI. A baixa Idade Média situa-se entre os séculos XI a XV, em que ocorre a dissolução do feudalismo e a transição para o capitalismo. O termo “Idade Média” sugere uma época neutra em diversos sentidos, uma desaceleração do progresso humano.

1.1 IMPÉRIO BIZANTINO

Em 395, o Império Romano, para facilitar a defesa contra os bárbaros, é dividido entre Ocidente e Oriente. A intenção era de uma divisão provisória, mas que acabou tornando-se definitiva devido à fraqueza do Império que não pôde defender-se dos ataques bárbaros. O Império do Ocidente desapareceu em 476.

A sobrevivência do Império Romano Oriental pode ser explicada pela manutenção das vias do comércio internacional nas mãos dos bizantinos, e pela preservação de Constantinopla, como também dos terminais das rotas de caravanas provenientes da Ásia, segundo DURANT (1957).

Os árabes seguidores da religião fundada por Maomé, o Islamismo, praticavam a guerra santa pregada pelo seu fundador, e haviam conquistado vários territórios no Oriente. Os islâmicos eram também chamados de muçulmanos.

Conforme DURANT (1957), apesar da expansão islâmica, o Império sobreviveu econômica e territorialmente durante longo tempo. Constantinopla mantinha relações comerciais inclusive com uma parte da Europa, ao sul da Itália, como Bari e Amalfi, e ao norte, com Veneza. Nesses pontos a frota bizantina havia

repelido os ataques árabes, e essas cidades européias mantinham comércio também com os árabes, praticando até mesmo o tráfico de escravos cristãos e de material para armamento, que eram proibidos pelo Papa.

Enquanto o Ocidente era germanizado, o Oriente desenvolveu-se sob a influência grega e o orientalismo. De acordo com HEERS (1974), o embasamento grego e asiático tinha suas raízes nos primórdios de Bizâncio e, apesar da influência romana e ocidental, acabou impondo-se e caracterizando a Civilização Bizantina. Foi grega e asiática a religião cristã que se desenvolveu em Bizâncio, com características bem distintas do Cristianismo romano e ocidental: este voltou-se mais para a organização da Igreja e para a conversão dos pagãos, enquanto aquele teve no monaquismo e nas controvérsias teológicas aspectos marcantes. Foi grega e asiática a estrutura econômica que se manteve por longo tempo no Império Bizantino, cuja prosperidade contrastou, por séculos, com as regiões ocidentais do antigo Império Romano.

Em Bizâncio, os imperadores dominavam a Igreja e submeteram o patriarcado de Constantinopla a intervenções políticas, o chamado "cesaropapismo". Segundo GIORDANI (1974), as sociedades ocidentais européias até o século XII tenderam à ruralização e à descentralização do poder político, enquanto a sociedade bizantina manteve-se, essencialmente urbana e politicamente subordinada a uma Monarquia Despótica e Teocrática exercida pelo Basileus ou Imperador.

No reinado de Justiniano, seu mais ilustre imperador, foi introduzida a produção do bicho-da-seda, trazida da China por bispos, indústria que os imperadores protegeram e monopolizaram, segundo RUNCIMAN (1961).

No século VII, o Império é invadido por ataques árabes, que faziam a "guerra santa", além disso, constantes usurpações, assassinatos e querelas religiosas o afetavam, agravando a miséria pública. Porém, o Império sobrevivia graças a sua vida comercial.

Havia um grande desenvolvimento do comércio marítimo e terrestre, da agricultura e das manufaturas. A maior parte das terras estava dividida em grandes propriedades. Por volta do século IX, a grande maioria da população que cultivava a

terra era quase que totalmente composta de servos, havendo pequena quantidade de camponeses livres, os quais sofriam pressão dos grandes proprietários que visavam se apoderar de suas terras.

Os maiores latifundiários do Império Bizantino eram os mosteiros, como se evidencia no depoimento do Basileus Nicéforo:

“Os monges não possuem nenhuma das virtudes evangélicas; não pensam senão na aquisição de terra, na ereção de enormes edifícios e na compra de grande número de cavalos, bois, camelos e de todos os tipos de criação. Dedicam todas as energias ao próprio enriquecimento, de sorte que a vida deles em nada difere das pessoas que vivem no mundo”. (apud SHERRARD, 1970, p. 100).

Suas propriedades eram isentas de impostos e não forneciam homens para as guerras. Para aumentar sua influência e suas rendas, os monges instalavam em suas propriedades imagens às quais se atribuíam poderes milagrosos (ícones). No século VII, o imperador condena os abusos eclesiásticos e manda quebrar as imagens das igrejas, acusando o clero de idolatria. Perde-se um incalculável tesouro artístico e aumenta-se a discórdia entre as igrejas cristãs do Oriente e do Ocidente.

No século XI, ocorre a separação entre a Igreja Oriental e a Igreja Ocidental (Cisma do Oriente), quando o patriarca de Constantinopla, dominado pelo imperador, recusou-se a reconhecer o Papa como soberano da Igreja.

O século XI marca o início de um longo período de desordem e insegurança, o Império se enfraquece. A inquietude rural e a formação de uma verdadeira nobreza militar são os mais graves problemas da época. Durante o século X, os imperadores haviam procurado limitar a expansão das grandes propriedades, tentando proteger os pequenos camponeses. Porém, os camponeses empobrecidos buscavam proteção dos chefes militares, vendendo ou alienando suas terras. O poder desses grandes proprietários cresce, ainda, graças aos imperadores que necessitavam de dinheiro ou de proteção, e em troca concediam o comando de conventos e o direito de polícia e jurisdição sobre os vastos territórios. Esses nobres exercem a justiça ordinária sobre os camponeses, exigem deles o imposto territorial (do qual guardam a maior parte para si) e recrutam homens, conduzindo-os à guerra.

Esses fatos diminuem a riqueza e poder do imperador, que recolhendo menos impostos, recruta menos homens e é obrigado a apelar para os mercenários, que não são confiáveis e muitas vezes voltavam-se contra o próprio imperador.

O enfraquecimento atrai vários inimigos que atacam por todos os lados, principalmente os vikings, também chamados de “homens do Norte”. Os turcos ameaçavam o Império Bizantino, e, é neste momento, no ano de 1.091, que o imperador Aléxis Comneno I solicita a ajuda dos ocidentais.

1.1.1 A Europa (mapas nos anexos 1, 2, 3 e 4)

A Idade Média abrigou o início da organização e a formação dos grandes Estados nacionais, como a Inglaterra, França, Espanha e Prússia (posteriormente Alemanha). Essa constituição foi o resultado da adaptação às diversas culturas dos povos conquistadores unindo-se aos sobreviventes do Império Romano.

As causas da queda de Roma foram: a má administração pública, as guerras internas, o enfraquecimento do exército, a crise econômica devido à escassez de escravos, e pestes que dizimaram a população. A plebe, oprimida pela fome e pelos altos impostos, fugiu das cidades e buscou a sobrevivência no campo.

Após a queda de Roma, o antigo Império distribuiu-se em diversos territórios dominados por povos bárbaros, formando a Europa Medieval. Deve-se observar que para os romanos todos os outros povos eram chamados de bárbaros, até mesmo os persas, povo de avançada civilização.

Sobre a chegada dos povos bárbaros ao Império Romano do Ocidente, Santo Isidoro de Sevilha fornece um retrato deste momento:

“Na era de 446, os Vândalos, os alanos e os suevos ocuparam a Espanha, mataram e destruíram muitos nas suas sangrentas incursões, incendiaram cidades e saquearam as propriedades assaltadas, de forma que a carne humana era devorada pelo povo, na violência da fome. As mães comiam os filhos; e também os animais, que se haviam acostumado aos cadáveres dos que morriam pela espada, de fome ou de peste, eram mesmo levados a destroçar os vivos; [...]” (apud ESPINOSA, 1981, p. 9).

Quando os povos germânicos chegaram no território do Império Romano, conforme RICHÉ (1980), formaram-se vários reinos, a partir do início do século V. A autoridade imperial deixou de existir no Ocidente, no ano 476, com a deposição de Romulus Augustus. A parte oriental do Império, centrada em Constantinopla, assume o legado político de Roma. Os germânicos formataram seus reinos nas antigas fronteiras do Império e em áreas que nunca haviam sido utilizadas pelos romanos, como a Alemanha.

Já os ostrogodos fixaram-se na Itália, constituindo um dos reinos mais importantes dos séculos V e VI. No final do século V, os francos formaram os pilares do que seria posteriormente um dos reinos medievais mais importantes da Europa, a França. Convertido ao catolicismo, o rei Clóvis I obteve o apoio da população da antiga Gália, conseguiu expulsar os visigodos para a Espanha, no ano 507, e sobrepujou os outros povos bárbaros.

Na península Ibérica, os visigodos instituíram uma monarquia próspera e erudita, na qual se misturavam os traços germânicos e as tradições seculares romanas. A monarquia visigoda procurou conquistar a unidade territorial e constituir um estado. A tomada da península Ibérica pelos árabes teve início do século VIII. O poder dos visigodos extinguiu-se em poucos anos e iniciou-se uma nova etapa na península Ibérica e na Europa, com a expansão do Islã.

Na Grã-Bretanha, a invasão de anglos e saxões, no século V, dividiu o território em sete reinos, que lutaram para estabelecer sua hegemonia sobre o sul da ilha, segundo RICHÉ (1980).

Os reinos constituídos no Ocidente deram nova forma à Europa, entretanto a tradição que Roma havia legado não foi totalmente suplantada, como descreve DUBY (1990, p. 43):

“Ambas as sociedades [romana e germânica] praticavam a escravatura e as guerras permanentes mantinham a existência duma classe servil, renovada todos os Verões com as sortidas em territórios dos povos vizinhos. As migrações tinham acentuado estas desigualdades ao ruralizarem a aristocracia romana e unindo-se à nobreza bárbara, bem como ao alargarem o campo de agressão militar, aumentando assim a escravatura, que encontrou novos contingentes nas fronteiras onde se confrontavam grupos étnicos, nos confins turbulentos do mundo cristão”.

Os Estados constituídos na Europa têm seu poder no exército. Os proprietários de domínios buscam uma vida independente, mantendo seus próprios exércitos, cavaleiros e tribunais. O poder é imposto pelo terror, e os homens livres procuram colocar-se sob patronato de um senhor para fugir das perseguições e mortes. De acordo com DUBY (1990, p. 178-179):

“Esta subdivisão em unidades territoriais cada vez mais pequenas do direito de punir, comandar e assegurar a paz e a justiça constitui um ajustamento às possibilidades concretas do exercício da autoridade num mundo rural e bárbaro, onde era difícil comunicar à distância. A organização política ia sendo adaptada às condições da vida material”.

Os reis estão arruinados e o poder de fato passa aos maiores proprietários de terras. A população sofria durante quase todo o período devido às disputas internas, guerras externas e desordens pela falta de um poder político forte. Desse contexto, o sistema que se estabeleceu foi o feudalismo, surgindo como uma forma natural de sobrevivência.

Todavia, da implicação desse sistema formou-se uma relação parasita, na qual a massa miserável e trabalhadora sustentava os excessos da classe poderosa, restando-lhe o mínimo para a subsistência, ou seja, a opressão e exploração da grande população humilde pela minoria nobre e o incontestável clero. Soma-se a isso a fé cega ensinada e absorvida pelo povo, que alimentando falsas esperanças numa justa vida eterna, não ousava desestruturar a “ordem divina” estabelecida, subjugando-se à opressora religião e ao sistema.

Economicamente, devido ao bloqueio do comércio no Mediterrâneo pelos muçulmanos, desenvolve-se no Ocidente uma economia fechada, voltada à agricultura. Somente as cidades italianas do mar Adriático continuavam importando produtos de luxo do Oriente, que eram vendidos aos feudos pelos mercadores judeus. A sociedade baseava-se na produção agrícola, que por longo período manteve-se com produtividade inalterada, efeito, sobretudo, das míseras condições do trabalhador. Segundo GALBRAITH (1989, p. 22):

“Especificamente, o mercado embora da importância crescente com o passar dos séculos, era um aspecto secundário da vida. As grandes massas de homens e mulheres do campo cultivavam, faziam ou matavam o que comiam ou vestiam, entregando uma parte à

hierarquia de amos e senhores que lhes concedia o direito de agirem dessa maneira e que os protegia quando estavam empregados”.

1.1.2 O Império Carolíngio (mapa no anexo 5)

Carlos Magno foi um dos maiores monarcas europeus, grande guerreiro, bom administrador e hábil político, fez mais de cinquenta guerras em quarenta e seis anos de governo. Protegeu a Igreja que se submeteu ao cesaropapismo, subordinação da Igreja ao Estado, já existente no Oriente: “[...] a obra de Carlos Magno traz nitidamente a marca da forte personalidade de seu criador. Mais que um Império Carolíngio, o que existe, sobretudo, é um imperador que com seu prestígio mantém a unidade política do imenso território.” GIORDANI (1974, p. 111). O próprio Papa o consagrou imperador. Para administrar um império tão grande, Carlos Magno estabeleceu muitas normas escritas, as chamadas “capitulares”, que funcionavam como leis.

Entre os administradores estavam: condes que eram responsáveis pelo cumprimento das “capitulares” e pela cobrança de impostos dos condados, ou seja, territórios do interior; os marqueses que cuidavam dos territórios situados na fronteira do império, ou seja, das marcas; e os Missi-dominici que viajavam por todo o reino para fiscalizar a atividade dos administradores locais. Generalizava-se assim o regime das propriedades senhoriais, conforme DURANT (1957).

Carlos Magno acreditava que a educação era o fundamento do poder. Nos mosteiros, copiavam-se manuscritos antigos, crônicas e livros religiosos. Devido à segurança que proporcionou no seu governo e ao seu incentivo à educação, houve grande desenvolvimento cultural, o qual influenciará todo o período da Idade média. “O Império desmebrar-se-á, mas cada uma de suas partes subsistirá, pois que a feudalidade respeitará a realeza. Em suma, a cultura que será a da Idade Média primitiva até ao Renascimento [...] será marcada e fica-lo-á pelo caráter carolíngio.” PIRENNE (s.d., p. 249).

O imperador vivia dos produtos de seus domínios e vilas. Remunerava aqueles que o serviam com terras, pois o ouro quase desaparecera, diminuindo o comércio e enfraquecendo as cidades. Os homens livres deviam ao Estado, em função de suas propriedades, um serviço militar feito às próprias custas, o que os arruinava, pois a guerra começava a cada ano no fim do inverno.

Após a morte de Carlos Magno, no ano 814, seu grandioso império passa para seu filho Luís, contudo, este, ao contrário do pai, não foi capaz de continuá-lo. O império logo se desintegra, e a França caminha rapidamente para o feudalismo, seguida de toda a Europa: “A medida que se enfraquece a autoridade central do soberano, reforça-se e amplia-se o poder dos grandes senhores.” GIORDANI (1974, p.111).

2. O FEUDALISMO

Após o aparecimento dos germânicos, povos bárbaros, invasores do Império Romano do Ocidente, no século V, a desordem e a insegurança prevaleceram. No século VIII, com o fechamento do Mediterrâneo, a economia européia é forçada a voltar-se unicamente para a terra. Além disso, com o desmembramento do Império de Carlos Magno, os governos tornaram-se fracos, ocorrendo uma descentralização política em favor dos grandes latifundiários. DURANT (1957, p. 1) destaca:

“Como as cidades da Itália e da Gália se tornaram inseguras durante as invasões germânicas, aristocratas saíram de suas vilas rurais e cercaram-se de dependentes agricultores, famílias “clientes” e ajudantes militares. Mosteiros, cujos monges lavraram o solo e praticavam o artesanato, acentuaram o movimento centrífugo na direção de unidades econômicas semi-isoladas no campo.”

Ainda, os invasores trouxeram da Germânia o costume de doar terras conquistadas aos mais ilustres guerreiros, uma forma de relação de fidelidade mútua entre o chefe militar e seus guerreiros. A Europa encontrava-se então ameaçada por novos invasores, os muçulmanos, os vikings, os húngaros e os eslavos, que aterrorizavam a população.

Todos esses fatores formaram condições para o surgimento de um novo regime político e social, o feudalismo, que caracterizou o Ocidente durante grande parte da Idade Média, atingindo seu apogeu na Alta Idade Média, e durando até meados do século XIII. Conforme ressalta FRANCO (1985, p. 9):

“O processo de gestação do feudalismo foi bastante longo, remontando à crise romana do século III, passando pela constituição dos reinos germânicos nos séculos V-VI e pelos problemas do Império Carolíngio no século IX, para finalmente se concluir em fins desse século ou primórdios do X”.

Politicamente considerando, o feudalismo teve como principal elemento a falta de um governo central forte. Socialmente, distinguiu-se pela existência de relações servis de produção e por não possuir mobilidade social, de forma que um servo sempre será servo, e o senhor feudal sempre senhor feudal. Conforme descreve DURANT (1957, p. 2-3):

“O feudalismo constituía a sujeição econômica e fidelidade militar de um homem a um superior, em troca de organização econômica e proteção militar [...] Mesmo dentro do feudalismo, condições de contrato e de status variavam de nação a nação, de propriedade a propriedade, de tempo a tempo”.

Apesar de estar presente em quase toda a Europa Medieval, o feudalismo surgiu primeiramente na Gália, seguindo depois para outras regiões do continente, porém, assumindo aspectos próprios em cada área onde se desenvolveu.

Segundo GANSHOF (1976), geralmente o ordenamento político era mantido por uma série de relações contratuais entre os homens, fundamentadas na terra. O contrato de enfeudação, que determinava os laços de dependência entre suserano e vassalo, continha duas formalidades: a homenagem e a investidura. Pela homenagem o vassalo, dono de terras, jurava fidelidade ao suserano, um outro proprietário, mais poderoso e que o protegeria em caso de invasão, comprometendo-se com isso a certas obrigações. Essencialmente, o vassalo submeter-se-ia a: oferecer serviço militar periódico ao suserano, auxiliando-o militar, judiciária e financeiramente; hospedar o suserano quando necessário; dotar a filha do senhor de bens quando essa fosse se casar; ajudar na formação do equipamento do filho do suserano que fosse ser armado cavaleiro: e, sempre, preparar a guerra.

Ainda conforme GANSHOF (1976), quanto à investidura representava a passagem do feudo ao vassalo pelo suserano. Esta implicava na concessão de benefícios, através de transferência de direitos dos quais o suserano era o titular. Era permitida a transferência de domínios, cargos, pensões em dinheiro ou mesmo outros direitos, como, por exemplo, a cobrança de pedágio em uma determinada ponte. Além disso, o suserano obrigava-se a dar proteção militar ao vassalo e aos seus herdeiros, e a garantir a hereditariedade do feudo.

Dessa forma, realizava-se a recomendação, ato pelo qual um homem se colocava sob a proteção de outro, consoante DURANT (1957, p. 2):

“Homens livres que não podiam proteger-se, ofereciam sua terra ou trabalho a algum poderoso em troca de abrigo e proteção; em tais casos de ‘recomendação’ o barão geralmente entregava ao ‘seu homem’ uma gleba de terra que seria mantida como *precarium*, num empréstimo que seria revogável pelo doador a qualquer tempo: este

arrendamento precário se tornou a forma costumeira da posse de terra pelos servos”.

A recomendação teve uma origem mesclada entre a influência do *patrocinium* romano, relação em que os clientes (camponeses que cultivavam propriedades) dependiam dos patrícios, e do *comitatus* dos francos (grupo de guerreiros e seu chefe, com mútuas obrigações de serviço e lealdade).

A posse do feudo só era concedida através da enfeudação a integrantes da nobreza (exceto sacerdotes, mulheres e crianças). A transmissão era realizada por sucessão ao mais velho descendente homem e, faltando esse, a colateral. O feudo não poderia ser alienado sem a anuência do suserano.

A sociedade feudal seguia uma pirâmide social composta em seu topo pelas classes dominantes, a aristocracia militar e religiosa detentoras da posse da terra, sustentadas sobre uma massa de camponeses servis, que estavam fora do sistema contratual. “Um vínculo de pura sujeição econômica cobriu lentamente toda a Europa, submetendo todos os humildes aos grandes, todos os pobres aos poderosos. Esta máquina de exploração controlou tudo a partir de então.” DUBY (1990, p. 59).

Segundo PERROY (1977) o senhor feudal, na verdade, não possuía a terra. Ele era arrendatário de outro senhor de escala superior, e sucessivamente, chegando a ponto de, às vezes, um rei ser arrendatário de outro rei. Assim, o servo, aldeão ou cidadão arrendava sua terra do senhor do feudo que, por sua vez, arrendava a terra de um conde, que já a arrendara de um bispo, que arrendara de um duque que, por sua ocasião, havia a arrendada de um rei. Desta forma, quase todos os senhores eram também vassalos. Alguns nobres possuíam vários feudos, outros alguns domínios, e outros um número de feudos espalhados por lugares diferentes. Sendo a terra o único fator de medida de riqueza da época, era disputada continuamente, com isso caracterizando o período feudal como um período de guerras. Quando um vassalo jurava servir a diversos senhores vivia perigosamente, pois a sua obediência a um senhor poderia acarretar desobediência a outro.

Cada propriedade feudal tinha um senhor, sendo que a unidade de produção da época era o domínio do senhor feudal, nessas propriedades buscava-se sempre o

aproveitamento das terras através da posse, a qual possuía três formas: posse coletiva, que ocorria sobre bosques e pastos, nos quais se realizavam a coleta, a extração de madeira e a caça; manso senhorial, propriedade privada do senhor, correspondente à metade da terra cultivada; e manso servil, sobre o qual o senhor tinha a propriedade e o servo o direito de uso.

Os arrendatários trabalhavam primeiro a terra do senhor, para depois trabalhar a sua, o que lhes resultava em prejuízo. O senhor apenas governava a propriedade, e vivia do trabalho de seus servos, enquanto estes sobreviviam miseravelmente.

Neste contexto, as relações de trabalho eram organizadas conforme os costumes, estas:

“Eram definidas com precisão, ou em termos de um acordo, em países como a Itália, onde o uso da escrita fora preservado, ou então por normas consuetudinárias igualmente rígidas. Estas envolviam sempre, ou quase sempre, uma percentagem sobre a produção da terra paga em gêneros ou em dinheiro. Frequentemente, também envolviam pagamentos em serviços prestados pela família camponesa, cujos membros eram obrigados a prestar serviços (corvées)”. DUBY (1990, p. 192).

O servo estava ligado à terra, e somente mudava de senhor quando este transferia o feudo a outro. Isto significava que o servo teria outro senhor, mas permanecia sempre no mesmo pedaço de terra.

Havia vários graus de servidão: Os “servos de domínio” viviam ligados à casa do senhor e trabalhavam nos campos deste durante todo o tempo; os fronteiros eram camponeses pobres, que arrendavam em torno de apenas um hectare de terra à margem da aldeia; os aldeões não possuíam arrendamento, apenas uma cabana, e trabalhavam para o senhor em troca de comida. Os vilãos eram servos com maiores privilégios econômicos e pessoais, e com menos obrigações. Alguns, nem mesmo trabalhavam para o senhor, mas lhe pagavam o arrendamento com uma parcela de sua produção, ou em dinheiro.

Uma importante característica do sistema feudal era a auto-suficiência das aldeias. O servo e sua família cultivavam seu alimento e fabricavam sua mobília. O senhor feudal atraía à sua casa os servos que se demonstrassem bons artífices.

Havia um certo intercâmbio de mercadorias, mas era tão insignificante que inexistia incentivo para a produção de excedentes. Além disso, o caminho para os mercados, que geralmente ficavam próximos a mosteiros, era por estradas mal feitas e perigosas, freqüentadas por salteadores e por senhores feudais, que exigiam pedágio de quem passava em suas estradas:

“Estradas danificadas pela guerra, negligenciadas pela pobreza e tornadas perigosas por assaltantes, não podiam mais manter comunicação e intercâmbio regulares [...] A obstrução do comércio compeliu as vilas a procurarem auto-suficiência econômica; muitos artigos manufaturados comprados das cidades eram, a partir do século III em diante, produzidos nas grandes propriedades”. DURANT (1957, p. 1).

A Igreja condenava a usura, que significa o empréstimo a juros. Porém, os judeus, livres dessa obrigação religiosa cristã, praticavam a usura e comerciavam produtos de luxo vindos do Oriente, obtidos nas cidades italianas fiéis à Bizâncio. Esse comércio consistia em tecidos finos, especiarias, incensos e quadros para a Igreja, pimenta, esmalte ou marfins. O acúmulo de riquezas também era condenado pela Igreja, apesar de ela própria possuir maior extensão de terras do que a nobreza, como observa DURANT (1957, p. 685):

“Como as propriedades da Igreja eram inalienáveis e, antes de 1200, completamente isentas de quaisquer impostas seculares, foram elas aumentando de século para século. Não era fora do comum uma catedral, mosteiro ou convento possuir vários milhares de mansões, inclusive uma dezena de pequenas cidades ou mesmo uma ou duas grandes cidade.”

Segundo sua pregação, o trabalho não deveria ser uma maneira de enriquecer, mas de conservar-se na condição em que cada um nasceu, para alcançar a vida eterna. Estas proibições retardam o desenvolvimento econômico.

Porém, na Baixa Idade Média começa a transformação do sistema feudal e a formação das bases para o sistema capitalista.

2.1 A CRISE DO SISTEMA FEUDAL

O determinante mais profundo desta crise, provavelmente, está num emperramento dos mecanismos de reprodução do sistema até o ponto das suas capacitações básicas, conforme PIRENNE (1982). A recuperação dos solos, motor da economia feudal por três séculos, acabou ultrapassando os limites objetivos da estrutura social e das terras disponíveis. O solo se deteriorava por causa da pressa e do mau uso. Segundo FRANCO (1985, p. 77):

“Em suma, como toda sociedade pré-industrial, o feudalismo pôde manter sua capacidade de expansão enquanto houve certo equilíbrio entre os três elementos básicos, capital, natureza e trabalho. Ou seja, enquanto o crescimento econômico, o crescimento territorial e o crescimento demográfico puderam ocorrer de forma complementar um aos outros”.

Paralelamente, importantes alterações do quadro natural provocaram sérias conseqüências. Durante o século XIII ocorrera uma expansão das áreas agrícolas, devido ao aproveitamento das áreas de pastagens e à derrubada de florestas. O desmatamento provocou alterações climáticas e chuvas torrenciais e contínuas, enquanto o aproveitamento da área de pastagens levou a uma diminuição do adubo animal, o que resultou na baixa produtividade agrícola. FRANCO (1985, p. 79) ressalta que:

“A busca desordenada de terras para a agricultura parece ter provocado importantes alterações ecológicas. O desmatamento – em 1300 as florestas da França cobriam um milhão de hectares a menos que atualmente - talvez tenha sido o responsável pelas mudanças no regime pluvial e pelo resfriamento do clima então ocorrido”.

Com as péssimas colheitas que se verificaram, ocorreu uma alta de preços dos produtos agrícolas. Os europeus passaram a conviver com a fome. A população continuou a crescer e a produção caiu até mesmo nas terras marginais, ainda disponíveis para uma recuperação aos níveis da técnica existente. As terras aradas mais antigas, por outro lado, estavam sujeitas ao desgaste e deterioração pela própria antiguidade de seu cultivo. Assim, o progresso da agricultura medieval incorria agora em suas próprias perdas.

A derrubada de florestas e as terras desoladas não haviam sido acompanhadas de um cuidado comparável em sua conservação. Normalmente havia pouca aplicação de fertilizantes, de maneira que a camada superior do solo muitas vezes era rapidamente exaurida. As enchentes e as tempestades de poeira se tornaram mais freqüentes. Além disso, a diversificação da economia feudal européia, junto com o crescimento do comércio internacional, havia levado algumas regiões a diminuir a produção de cereais, à custa de outros (como, por exemplo, vinhas, linho, lã ou pecuária), conforme DOBB (1983).

Assim, ocorreu uma divisão entre trabalho agrícola e trabalho artesanal. Aumentou a demanda de produtos artesanais, elevando também o número de artesãos. Estes começaram a abandonar seus senhores e a se estabelecer em pequenos povoados, que começaram a se transformar em cidades. Conforme constata DOBB (1983, p.51):

“Na medida em que o crescimento do mercado exerceu influência desintegradora sobre a estrutura do feudalismo, e preparou o terreno para o crescimento de forças que iriam enfraquecê-lo e suplantá-lo, a história dessa influência pode ser em grande parte identificada com o surgimento das cidades, como organizações corporativas, ao passarem a possuir independência econômica e política em diversos graus”.

As aldeias já não comportavam famílias tão numerosas e muitos servos as abandonaram. Esta evasão ocorreu de diversas formas, algumas vezes os servos eram expulsos pelo senhor ao cometerem pequenas infrações, e em outras eles próprios tomavam a iniciativa de sair, comprando sua liberdade ou fugindo. Muitos deles tornaram-se marginais ou mendigos.

Até mesmo a classe senhorial foi atingida, com os donos de feudos dando herança apenas aos filhos mais velhos. Então os filhos mais novos saíam à procura de alguma oportunidade, como, por exemplo, um casamento vantajoso, ou então acabavam se tornando seqüestradores ou salteadores.

Muitos desses marginais tornaram-se mercadores, que ocuparam as cidades já existentes ou fundaram novas junto a burgos, lugares fortificados por muralhas para proteção contra possíveis ataques de estrangeiros ou bandidos. A classe de mercadores ficou conhecida por “burguesia”, palavra derivada de “burgo”.

O comércio intensificou a procura dos produtos artesanais, provocando um crescimento das cidades e o surgimento de novas. De acordo com DUBY (1990, p. 251):

“Durante a paz conseguida pelas instituições feudais e gradualmente fortalecida e consolidada pelos principados regionais, as trocas comerciais desenvolveram-se para responder às necessidades crescentes da aristocracia, cada vez mais habituada a uma vida fácil e cujos rendimentos cresciam graças a expansão rural. Mas este desenvolvimento, cuja origem se deve ao campo, também deu azo a uma explosão de atividade urbana”.

A maior parte da população urbana era composta de artesãos, mas com o progressivo desenvolvimento do comércio, os mercadores também assumiam um importante papel. Criou-se uma oposição entre as cidades e os senhores feudais, pois aquelas ainda dependiam destes, mas não havia em seus interiores relações servis de produção.

Seguindo o exemplo das cidades, numerosas comunidades rurais buscavam sua liberdade. A luta pela libertação do domínio feudal foi obtida em alguns casos através da compra de “cartas de franquia” e, em outros, quando os senhores feudais não queriam vender a liberdade das cidades, as populações urbanas, dirigidas pelos comerciantes e artesãos, procuravam obtê-la através da violência, como exemplificado por MONTEIRO (1986, p. 81):

“Em 1381 o povo de Gand revoltou-se contra o seu senhor, o conde de Flandres. Marcharam em grande número para Bruges, tomaram a cidade, depuseram o conde, roubaram e mataram todos os seus oficiais e procederam da mesma maneira em relação a todas as outras cidades flamengas”.

Artesão e comerciantes em busca dessa liberdade também se aliavam aos reis, que procuravam fortalecer seu poder. Estes fatos podem ser considerados como evidências de uma crise nas forças produtivas dentro das relações de produção predominantes.

Segundo DOBB (1983), o comércio trouxe benefício à Europa feudal, mas também trouxe problemas sociais e políticos. A nascente burguesia não se enquadrava nas categorias admitidas pela sociedade feudal, pois os burgueses não eram nobres

latifundiários, nem religiosos, e tampouco eram humildes camponeses. Eram a classe de mercadores, na sua maioria de origem humilde, homens livres ou servos, praticando o comércio intenso que fora quase esquecido durante a Alta Idade Média. As leis feudais não ajudavam os burgueses a cobrar dívidas. Os governos feudais não podiam impor a ordem a milhares de mercadores independentes e revoltosos.

Os índices de mortalidade aumentaram sensivelmente e, no século XIV, uma população debilitada pela fome teve que enfrentar diversas epidemias, como observa FRANCO (1985, p. 80) “Nos campos ingleses, ela [a mortalidade] passou de 40 mortos por cada mil habitantes, para 100 por mil. Na cidade belga de Ypres, uma das mais importantes da Europa, pelo menos 10% da população morreu no curto espaço de seis meses em 1316”. O resultado foi uma devastadora escassez de mão-de-obra, exatamente quando a economia medieval tinha sido atingida por graves contradições.

A classe nobre, ameaçada pelas dívidas e pela inflação, agora se confrontava com uma força de trabalho dizimada e descontente. A princípio, os senhores feudais e eclesiásticos, cientes da ameaça ao seu sistema, tentaram recuperar o excedente prendendo o campesinato às terras senhoriais ou baixando os salários na cidade e no campo, mas o comércio já havia dominado a Europa.

Os burgueses necessitavam de maior liberdade para comerciarem. A concepção de que os preços cobrados pelos produtos deveriam cobrir apenas os custos de produção já não cabia mais, e os nobres e religiosos perceberam que mudando de atitude, poderiam também participar dos lucros gerados pelo comércio. Os impostos e tarifas que lançaram sobre os comerciantes, a venda de monopólio de comércio local e de outros privilégios nas cidades, aumentaram suas riquezas.

No entanto, a tentativa senhorial de reforçar as condições servis e fazer a classe produtora pagar os custos da crise agora encontrava resistência, o ressurgimento da vida urbana e comercial provocou uma revolução social que seria fatal para o feudalismo.

Os homens da cidade formavam uma nova classe social, uma classe média entre a elite nobre e os camponeses. Muitos compraram as terras dos senhores falidos e

aumentavam continuamente as fugas dos feudos para as cidades. Segundo DOBB (1983, p. 51):

“Se a pressão da exploração feudal e o declínio da agricultura ajudaram a suprir as cidades com imigrantes, a existência destas como oásis mais ou menos livres numa sociedade que não era livre agia por si só como um imã sobre a população rural, incentivando o êxodo das propriedades senhoriais para escapar as exações feudais”.

Idéias de liberdade predominavam entre a população humilde. A própria Igreja, soberana e influente, havia pregado o valor da vida e a igualdade entre os homens, e, assim, todos buscavam melhores condições de vida, pois agora isto era possível. Desenvolvia-se um verdadeiro respeito às leis, estimulado pelos mercadores que desejavam comerciar em paz e com certa segurança.

Fortaleceu-se o sentimento nacionalista. Definiram-se as características e tradições nacionais dos grandes povos europeus: o italiano, o alemão, o francês, o espanhol e o inglês.

As doutrinas religiosas adaptaram-se à situação real, visando mais a regular do que a proibir o comércio. A Igreja havia antes ensinado uma unidade mundial em oposição ao nacionalismo. Havia, porém, condenado algo que ela própria encorajaria. As cruzadas tiveram maiores resultados comerciais do que religiosos, com a expansão do comércio e da economia monetária, e prepararam o homem para o comércio internacional, segundo DUBY (1990).

A Igreja pregava a cooperação e a interdependência entre os povos. Isso influenciou as relações que se desenvolveram nos artesanatos, nos sistemas das cidades e nas espécies de sindicatos que refletiam a comunidade de interesses. Essas práticas locais logo tomaram um âmbito nacional.

Os reis foram fortalecidos com o apoio da burguesia, que necessitava de leis e proteção contra os abusos dos senhores feudais. Diminuía-se a autoridade da Igreja e fortaleciam-se os Estados, com a classe burguesa buscando o lucro no comércio e pagando impostos ao rei surgiram as moedas nacionais.

3. A IGREJA

A Igreja representou papel fundamental em todos os acontecimentos da Idade Média. Sem a sua presença marcante provavelmente a história seria bem diferente. Esteve sempre melhor organizada do que a nobreza, e, portanto, praticamente inatingível. Com habilidade e competência, adaptou a religião ao domínio político em benefício de seu poder, e pode-se dizer, que jamais esteve à sombra de nenhum imperador, pois sempre pôde impor-se à intervenção quando desejou, conforme descreve DURANT (1957, p. 267) “Nada é mais comvente, na história medieval, do que a onipresença e, às vezes, quase a onipotência, da religião. É difícil, aqueles que hoje vivem no conforto e na fartura, descer, mesmo em espírito, ao caos e à penúria que moldaram as religiões medievais”.

Demonstra o seu poder de coerção quando manteve oprimida toda a população de um continente, durante um vasto período, sem uma oposição relevante, tanto nobres quanto reis eram suplantados pelo seu poder. Apenas pôde ser enfraquecida devido aos efeitos concomitantes e posteriores às Cruzadas, quando seu poder voltou-se contra si mesma. Da parte favorecida pelas Cruzadas surge uma nova classe social, a burguesia, que devido aos seus poderes econômicos obteve poderes políticos, gerando atritos com o até então incontestável poder eclesiástico nos Estados.

3.1 A IGREJA - DESENVOLVIMENTO DA DOCTRINA CATÓLICA

Devemos diferenciar o que é História, baseada em fatos comprovados e em documentos, do que é fé e tradição. Jesus com o seu papel de redentor é um assunto de fé e muitos de seus ensinamentos chegaram até nós através da tradição. Com base nessa premissa, alguns fatos determinantes na formação do Ocidente cristão devem ser lembrados, do Império Romano à Contra-Reforma.

Os seguidores de Jesus souberam explorar os caminhos abertos pelos romanos. Os primeiros cristãos transformaram as perseguições desencadeadas por alguns

imperadores em pedra fundamental de construção da Igreja. Tanto é que, conforme HOFFNER (1977), conseguiram virar o jogo a seu favor, primeiro com o imperador Constantino, que concedeu liberdade de culto a todos os cidadãos, em 313 d.C., pelo Edito de Milão. Posteriormente pelo reconhecimento oficial da religião cristã, pelo Estado romano. E depois, com Teodósio, através do Edito de Tessalônica, em 380 d.C., que tornou o Cristianismo a religião oficial do Império Romano até o fim do Império do Ocidente, em 476, esse período pode ser considerado como de afirmação da nova religião.

Ainda de acordo com HOFFNER (1977), a queda do Império Romano do Ocidente terá como alguns de seus resultados a ocupação da Europa por povos “bárbaros”, que em sua maioria se cristianizaram, e depois a expansão árabe, somente contida em 732 pelas tropas de Carlos Martel, na Batalha de Portiers, vitória que paralisou a expansão do Islã na Europa Ocidental.

As invasões dos bárbaros e dos árabes deixaram profundas marcas culturais e econômicas no Ocidente. O Mediterrâneo deixa de ser o Mare Nostrum. Na Península Ibérica, por exemplo, os árabes só saíram em 1492, expulsos pelos reis católicos. A Igreja de Roma conseguiu se equilibrar sobre alianças ilegítimas e lutas internas, mais assentadas no poder material e em seus feudos, do que no espiritual. Reis faziam papas e papas faziam reis, essa era a grande influência que a Igreja Católica ganhou durante a Idade Média.

Conforme LIKOUDIS (2007), um episódio marcante no processo do Cristianismo foi o rompimento com Constantinopla, em 1054, no chamado Cisma do Oriente. A cisão foi inevitável e se deu quando o Papa Leão IX e o Patriarca Miguel Cerulário entraram em conflito a respeito de questões religiosas, eles tinham políticas antagônicas sobre a direção da cristandade e o direito da jurisdição sobre dioceses da Itália Meridional, e acabaram excomungando-se mutuamente. O Cisma do Oriente resultou no surgimento de duas Igrejas, a Igreja Cristã Ortodoxa Grega, subordinada ao patriarcado de Constantinopla, e a Igreja Católica Apostólica Romana, dirigida pelo Papa.

Rompendo com o Papa, separando-se do Cristianismo controlado por Roma, as igrejas orientais, ditas ortodoxas, tomaram caminhos distintos da Igreja Católica Romana, dando continuidade na formação do mundo Ocidental Cristão.

Ainda no período de transição da crise do Império Romano do Ocidente para a Idade Média, a Igreja Cristã era a instituição que podia oferecer proteção e socorro às populações menos abastadas, assumindo uma posição política de destaque no meio social. O papel assumido pela Igreja foi marcante e decisivo na cultura, na política, na religião, na economia e na vida espiritual, tanto que ela passa a denominar-se Católica (universal).

Em fins do século XI vieram as Cruzadas contra os “infiéis”, a primeira em 1095, organizada pelo Papa Urbano II. Em defesa dos interesses da Igreja na Palestina, incitou as populações européias a libertarem os “Lugares Santos” das mãos dos turcos seljúcidas, como afirma DURANT (1957, p. 47) “A primeira causa próxima das Cruzadas foi o avanço dos turcos seljúcidas”, que passaram a reprimir as peregrinações cristãs à “Terra Santa”. Em 1099, a conquista de Jerusalém pelos cruzados foi precedida por uma matança de milhares de pessoas.

Porém, o interesse dos cruzados, transcendia a reconquista da “Terra Santa”, Jerusalém, cogitava-se a busca de riquezas e a diminuição dos problemas sociais e econômicos na Europa. Havia também o interesse da Igreja Católica em refazer a unidade cristã, rompida com o Cisma do Oriente em 1054 d.C., e em expulsar os muçulmanos da Península Ibérica, conforme DURANT (1957).

Em 1517 veio a Reforma Protestante, as inovações teológicas respondiam a várias necessidades da época, as transformações sociais, políticas e econômicas exigiam mudanças ideológicas. A Reforma pode ser considerada como mais um impacto interno que a Igreja sofreu, assim como o causado pelo Cisma do Oriente. O movimento reformista foi lançado por Martinho Lutero, de formação agostiniana, baseado no Apóstolo São Paulo, com noventa e cinco teses servindo de base para a sua sustentação. Não foi apenas uma indignação contra o poder temporal da Igreja de Roma, a cobrança de impostos, a simonia (comércio das coisas sagradas) e a venda de indulgências. A revolta advinha de um conjunto de acontecimentos, da repressão a

movimentos contestadores que a antecederam e das profundas mudanças econômicas vividas pela Europa.

Segundo WEBER (1967), as idéias do protestantismo incorporaram ao trabalho secular e cotidiano, independente de sua natureza, uma dimensão quase que religiosa e fixou à noção de cumprimento do dever, no contexto desse trabalho, o mais alto grau de moralidade que o indivíduo podia/devia atingir:

“Nesse conceito de vocação manifestou-se o dogma central de todos os ramos do protestantismo [...] segundo o qual a única maneira de viver, aceitável para Deus, não estava na superação da moralidade secular pela ascese monástica, mas sim no cumprimento das tarefas seculares, impostas ao indivíduo pela sua posição no mundo”. WEBER (1967, p. 53).

3.2 A IGREJA E O PENSAMENTO ECONÔMICO NA IDADE MÉDIA

Com a decadência de Grécia e Roma deu-se início à Idade Média, caracterizada por uma nova fase da economia e da cultura, na qual a Igreja controlava o poder político e econômico. O pensamento econômico ainda não tinha se tornado independente dos estudos políticos-filosóficos, igualmente como ocorria na antiguidade greco-romana.

Costuma-se designar a Idade Média como um período no qual não houve desenvolvimento cultural, científico ou econômico, o que não é verdade. Apesar de ter havido uma desaceleração desenvolvimentista, não ocorreu propriamente uma estagnação. Não obstante o comércio ter desempenhado um papel secundário, ele nunca deixou de existir e se o artesanato declinara, ainda havia muitas oficinas produzindo para o consumo local. “Neste caso havia efetivamente um mercado. Todavia, como não era a norma das relações cotidianas não chegou a atrair muita atenção, nem ser objeto de estudo”. GALBRAITH (1989, p. 23).

Com o crescimento demográfico e um conseqüente excesso de oferta de mão-de-obra houve um aumento na produção, o que desenvolveu as cidades e o comércio internacional, mobilizando grandes capitais. Por isso, surgiram vários elementos

característicos da economia moderna, como, por exemplo, a divisão do trabalho, o sistema bancário, e as diversas formas de associação.

Procurando equilibrar as relações de mercado, protegendo os consumidores e os produtores de menor escala, a Igreja regulou o mercado de forma que a ética estaria presente em todos os momentos. Deste modo, a livre iniciativa e a concorrência tornavam-se perigosas, pois os mais poderosos dominariam os mais fracos. Havia um combate à usura que, por sua vez, era considerada imoral. A cobrança de juros era condenada, pois se acreditava que o que gerava riqueza eram o trabalho árduo e a natureza, e não a extorsão de bens do devedor por parte do credor. A propriedade privada era considerada legítima desde que estivesse subordinada ao bem comum.

O principal expoente desse período foi São Tomás de Aquino. Em suas obras percebe-se sua preocupação com a correta utilização da propriedade privada, com o comércio, com a usura, com os sistemas salariais e um sistema de preços justos. Pregava a ética no comércio, dizendo que o apego ao lucro é vergonhoso e que se deve buscá-lo como remuneração de seu trabalho e não como fim. Como afirma São Tomás de Aquino: “Eu respondo que é um grave pecado praticar a fraude com a finalidade expressa de vender uma coisa por mais do que seu preço justo [...] Vender mais caro ou comprar mais barato do que uma coisa vale é em si injusto e ilícito”. (apud GALBRAITH, 1989, p. 4).

A Igreja procurou moralizar o comércio, valorizando a dignidade do trabalho, condenando os juros, buscando o “justo preço”, visando o equilíbrio dos atos econômicos e a moderação dos agentes econômicos, bem como protegendo os mais fracos dos mais poderosos.

A Igreja pregava a justiça nas relações econômicas, sob pena de excomunhão aos fiéis infratores. O equilíbrio econômico, sob a visão cristã, seria atingido através do justo preço e do justo salário. A prática de juros sobre empréstimos para se obter lucros, ou seja, a “usura”, era proibida. Descreve São Tomás de Aquino:

“Há dois tipos de intercâmbio comercial. Um pode ser chamado natural e necessário, e é através dele que se troca uma coisa por outra, ou coisa por dinheiro, para satisfazer as necessidades da vida [...] O outro tipo é quando se troca dinheiro ou coisas por dinheiro, não para a satisfação das necessidades da vida, mas para se obter ganho [...] O

primeiro tipo de troca é louvável, pois serve a necessidades naturais, mas o segundo é com justiça condenado.”(apud GALBRAITH, 1989, p. 25).

O justo preço seria aquele baixo o suficiente para o consumidor adquirir o produto, e ao mesmo tempo, alto a ponto de interessar ao comerciante a venda do produto e proporcionar-lhe uma vida decente. Já o justo salário deveria possibilitar ao trabalhador e sua família condições de vida de acordo com sua tradição e costumes, ou seja, não deveria enriquecê-lo e nem torná-lo mais pobre.

A falta de lucro não desestimulava o homem medieval a trabalhar. A Igreja já havia tratado de ressaltar a importância do trabalho, antes desprezado pelos romanos, agora recompensado com a vida eterna. Além disso, o ganho de lucros, através de qualquer negócio, poderia propiciar ao indivíduo uma riqueza que o tornaria ocioso, e assim este não necessitaria mais do trabalho para manter-se na condição de seu nascimento. Isso era pecado, praticamente tido como um crime na época, pois se pregava o exemplo de Jesus Cristo.

A Igreja condenava a usura, porém contradizia-se, pois tomava ou fazia empréstimos a juros. Sendo que quando seus juros não eram pagos, o próprio Papa ia cobrá-los, ameaçando com castigos espirituais. Os comerciantes judeus, que praticavam o empréstimo a juros, livres da condenação da Igreja, eram por isso odiados e perseguidos.

A doutrina católica era um obstáculo ao desenvolvimento econômico. Mas, quando a expansão comercial fez surgir uma nova classe, a dos comerciantes, ou burguesia, que precisava de empréstimos para expandir seus negócios, a Igreja percebeu que deveria adaptar seus ensinamentos à nova situação econômica. LE GOFF (1980, p. 43) destaca:

“Impreciso e irracional, o tempo bíblico mostrava-se incapaz de responder a estas novas necessidades. A sua observância constituía, mesmo, um obstáculo ao desenvolvimento mercantil, impedindo os empréstimos a juros: se o tempo pertencia a Deus, vendê-lo seria pecado, usura.”

A Igreja modificou lentamente a sua doutrina. A princípio, permitiu a usura em casos especiais, como o empréstimo para investimentos de alto risco, ou ainda para

compensar o banqueiro pelo empréstimo de dinheiro, com o qual ele próprio poderia ter obtido lucro se não o tivesse emprestado.

A Igreja também foi o maior obstáculo para a emancipação dos camponeses. Durante anos o camponês resignara-se ao seu papel imutável na sociedade feudal, para, segundo a religião, salvar sua alma. Como não poderia mudar sua posição numa sociedade de sacerdotes (Igreja), guerreiros (nobreza) e trabalhadores (camponeses), não tinha incentivo para produzir mais que o necessário para sua sobrevivência. PIRENNE (s.d., p. 252) observa que:

“Assim, a Igreja alia-se ao novo curso das coisas. Em Roma, no novo Império que ela funda, nada mais predomina senão ela. E a sua influência é tanto maior quanto o Estado, incapaz de conservar a sua administração, se deixa absorver pela feudalidade, seqüência fatal da regressão econômica”.

Entretanto, o surgimento da classe de comerciantes despertou no camponês o desejo de liberdade. Sabendo que poderia vender o excedente de sua produção na cidade, passou a trabalhar mais, podendo, aos poucos, comprar sua liberdade e transferir-se para a cidade, trabalhando como artesão ou comerciante. Muitos senhores, por ser esta uma época de crise para o sistema feudal, estavam endividados e necessitavam de dinheiro, vendendo por isso a liberdade a seu servo. Outros perceberam que o trabalho livre era mais produtivo que o servil, adotando assim o sistema de trabalho assalariado. Porém, nem todos os senhores feudais tiveram essa necessidade ou visão econômica, e opuseram-se à libertação dos servos.

A Igreja, como todos os outros senhores feudais, apesar de todo o seu poder, não resistiu às forças da nova realidade econômica, e acabou vencida pela necessidade de liberdade dos homens. Segundo FRANCO (1985, p. 89):

“A crise clerical tinha suas raízes no papel central desempenhado pela Igreja no feudalismo, era clara a contradição entre a instituição ‘que não é deste mundo’ – e por isso mesmo recebia respeito, obediência e bens – mas que agia cada vez mais nele”.

Desta forma, a Igreja Católica adaptou-se tanto ao sistema, que se tornou uma potência financeira internacional desde a Idade Média. Os bispos e outros religiosos ocuparam-se da venda dos produtos de seus grandes domínios territoriais, praticando o

comércio abertamente, a despeito das decisões dos concílios que os proibiam, e que foram tão freqüentes, pois tinham suas regras constantemente violadas. O comércio das mercadorias determinou as potências eclesiásticas a fazer comércio do dinheiro, de modo que os mosteiros tornaram-se verdadeiros estabelecimentos de crédito. Isto ocorreu, sobretudo, com as grandes ordens militares que em todos os países tinham mercadorias e, por isso, tinham toda a facilidade para se entregar às lucrativas práticas do câmbio. Assim, a Ordem Teutônica se preocupava tanto com as suas transações comerciais e financeiras quanto com a evangelização dos pagãos. Os Templários se dedicavam a todas as operações de banco e acumularam enormes riquezas, conforme SEWARD (2004).

Toda a ostentação da Igreja fez crescer o número de heresias e, mesmo perseguidas pela Santa Inquisição, surgiam muitas novas religiões cristãs que desprezavam a Igreja Católica. Desta forma, segundo PERROY (1977), a Igreja aumentava o seu poder econômico, pelo preço da perda de seus fiéis religiosos.

3.3 A IGREJA - DESENVOLVIMENTO DO PODER POLÍTICO E ECONÔMICO

Durante o Império Romano as comunidades cristãs se tornavam numerosas e, para fugir das perseguições, o clero resolveu unificar-se. Desde o século VI, os eclesiásticos das comunidades encontravam-se nos concílios, sendo que os bispos das comunidades mais ricas os presidiam. O bispo de Roma intitulava-se "Papa", líder máximo da Igreja, devido ao seu bispado ser na antiga capital do Império, e porque São Pedro, fundador da Igreja, viveu em Roma. Porém, na Idade Média Constantinopla era a cidade cristã mais importante, e seu patriarca (título dado aos bispos das grandes cidades) não aceitava a autoridade do Papa.

Ao mesmo tempo, as relações entre o povo e o clero modificaram-se. Antes da formação dessa ordem as doações dos membros ricos da Igreja eram destinadas aos pobres, depois grande parte dos fundos era gasta para pagar o clero e custear a administração da Igreja.

Quando o Cristianismo foi legalizado (313 d.c), cessaram as perseguições e os cultos tornaram-se públicos, iniciando-se a construção de igrejas cada vez mais luxuosas, reduzindo ainda mais os fundos distribuídos aos pobres. Com o tempo, o alto clero ganhou importância e os fiéis deixaram de ter o domínio sobre a propriedade da Igreja. O povo recebia esmolas do seu próprio clero. No início da cristandade, os fiéis faziam ofertas voluntárias para o tesouro comum. Já quando se tornou religião de Estado, o clero exigia ofertas tanto dos ricos como dos pobres. Durante o século VI, o clero impôs o dízimo, que significava que a décima parte de toda produção deveria ser entregue à Igreja. Esta taxa tornou-se um verdadeiro flagelo para os camponeses oprimidos pela servidão. Assim, os pobres, além de perderem o auxílio da Igreja, viam os padres aliar-se aos outros exploradores.

O relacionamento entre a Igreja e o Estado começou no fim do Império Romano, quando o Cristianismo foi transformado em religião oficial. O Império protegeu o Cristianismo e, em compensação, a Igreja legitimava a origem divina do Imperador. Como afirma HOFFNER (1977, p. 24-25) “[...] é inegável que houve papas e, mais ainda, curialistas, que exorbitavam, afirmando que todo o poder político dos príncipes, reis, inclusive do imperador, lhes era comunicado por Deus, através da Igreja”.

O interesse recíproco levou os reis e bispos a uma cautelosa aliança, que permaneceu como um fator dominante na vida política de toda a Idade Média. Os bispos, expandindo suas atividades seculares, serviam aos reis como juizes, conselheiros, diplomatas e administradores, aumentando sua influência em benefício da Igreja. A eleição do Papa se tornou privilégio imperial, o cesaropapismo. Toda a Europa foi cristianizada com o auxílio dos poderosos reis francos, muitas vezes à força. Carlos Magno estabeleceu a política do “crê ou morre”.

Enquanto a população trabalhadora tornava-se cada vez mais pobre, a Igreja enriquecia. De acordo com DURANT (1957, p. 684):

“Uma Igreja que, na realidade, era um super-estado europeu às voltas com cultos, moral, educação, casamento, guerras, cruzadas, mortes e legados da população de metade de um continente, participando ativamente da administração das questões seculares e erguendo as

mais dispendiosas estruturas da história medieval, só poderia manter suas funções explorando dezenas de fontes de renda”.

Em 756, a Igreja adquiriu o “Patrimônio de São Pedro”, formado por terras conquistadas pelo rei franco Pepino, e doadas ao papado. Essas terras haviam pertencido aos bizantinos, o que aumentou a rivalidade entre as Igrejas cristãs do Ocidente e Oriente. Além disso, o Papa argumentava, através de um documento possivelmente falso, o “Donatio Constantini”, que Constantino (imperador romano que legalizou o Cristianismo) teria cedido à Igreja as terras do Ocidente, fazendo dela o “senhor feudal” soberano sobre a Europa.

Segundo DUBY (1970), na Idade Média os conventos e mosteiros abrigavam o povo, distribuindo o seu excedente de alimentos produzido pelo trabalho dos servos, e que não podia mesmo ser comercializado. Essa prática forneceu ao clero a fama da caridade, e recebiam por isso grandes presentes e terras dos ricos e poderosos. Essa caridade pode ser explicada pela crença do homem medieval de que o fim do mundo estaria próximo, e muitos queriam redimir-se de seus pecados. DURANT (1957, p. 684) descreve que:

“Doações e legados para a Igreja eram tidos como o melhor meio de evitar as penas do purgatório. Muitos legados para a Igreja, especialmente antes do ano 1000, começavam com as palavras *adveniente mundi vespero* (já que se aproxima a noite do mundo)”.

Porém, a caridade dos religiosos cessaria com o surgimento do comércio, quando então os produtos tornar-se-iam negociáveis.

A Igreja tornou-se assim grande proprietária de terras, e calcula-se que chegou a possuir entre um terço e metade de todas as terras da Europa cristã. Entre todos os poderosos senhores feudais, a Igreja aparecia como o maior de todos os exploradores, e o mais severo. Os camponeses pagavam os impostos e o dízimo, e trabalhavam, não só para príncipes e nobres, mas também nas imensas terras de bispos e arcebispos, nos párocos e conventos. Segundo DUBY (1990, p. 232):

“Eram-lhes servido abundante alimento de grande qualidade. As suas vestes eram renovadas anualmente. O trabalho manual prescrito pela regra foi reduzido a tarefas totalmente simbólicas nas cozinhas. Os monges viviam como senhores: quando viajava, o abade aparecia em

público escoltado, como um governante, por um séqüito a cavalo [...] A abadia controlava uma vasta congregação, cujas casas-filhas enviavam à casa-mãe rendas em dinheiro.”

O clero passou a ser o administrador da riqueza da Igreja. No século XII, foi abertamente declarado que a riqueza da Igreja não pertencia aos fiéis, era, na prática, propriedade particular do clero e do seu chefe. Segundo os religiosos, o próprio evangelho confirmava esta declaração. Muitos bens da Igreja desapareceram em doações a parentes, filhos e netos dos eclesiásticos. Por isso, o Papa declarou-se proprietário soberano das fortunas da Igreja e ordenou o celibato do clero. O celibato foi decretado no século XI, mas somente posto em prática no século XII.

Para cobrir as despesas da administração, o Papa criou o fisco pontifical. Seus principais recursos eram: as rendas proporcionadas pelas propriedades do papado: impostos pagos por Estados que se reconheciam vassallos da Santa Sé; dinheiro de São Pedro, cobrado em alguns países; e sobretudo as inúmeras taxas cobradas pela administração central da Igreja, pelos serviços espirituais que prestava.

Ter o título de bispo ou abade dava “status” na composição social da Idade Média. Era costume um senhor feudal indicar o seu filho mais novo para fazer parte do clero, tivesse vocação ou não. Essa prática deu margem para que o clero se corrompesse e se dedicasse mais aos bens materiais, o chamado nicolismo. A investidura de um clérigo pelo poder político era conhecida como “simonia”, o comércio das coisas sagradas. Descreve PERROY “Estas duas perversões possuem no fundo a mesma causa: o papel que os leigos desempenharam na distribuição dos cargos eclesiásticos”. (apud CROUZET, 1994, p. 65).

O Papa então, influenciado por movimentos de alguns monges que se revoltaram com a vida mundana do alto clero, resolveu purificar a Igreja, afastando a interferência do imperador. Este reagiu forçando o Papa a exilar-se. Em Roma, o imperador elege novo Papa, enquanto no exílio, continua a sucessão do Papa. Esse fato é conhecido como “Cisma Ocidental”, ou “Querela das Investiduras”, a divisão da Igreja entre dois Papas.

Neste contexto, destaca HOFFNER (1977, p. 23):

“A luta ferrenha, entre os séculos XI e XIII, conduziu os Papas ao ápice da cristandade. Gregório VII (1073-1085), monge e dominador nato colocou os fundamentos dessa hegemonia, em luta contra Henrique IV. Declarou o cargo imperial como sendo investidura feudal eclesiástica, que, portanto, o Papa como suserano, pode depor o imperador por força de sua posição feudal legal”.

Essa questão somente seria resolvida mais tarde, quando se dividiria a autoridade do Papa e a do imperador na consagração dos bispos. O primeiro faria a investidura espiritual, e o segundo investiria os bispos nos cargos políticos.

Mas, o poder que a Igreja acumulou resultou na sua supremacia sobre o poder político. O cesaropapismo foi substituído pela superioridade da Igreja e os Papas colocaram-se numa posição universalista de poder. A Igreja finalmente afastou a intervenção do Estado e ela própria assumiu o poder de um “Estado superior”, segundo HOFFNER (1977, p. 23) “O ponto culminante do poderio pontifício foi atingido por Inocêncio III (1198-1213), que se tornou o poderoso e cômico mentor de todo o Ocidente. Foi quem declarou que o Papa é menos que Deus, e mais que um homem”.

A diminuição do poder do imperador resultaria no fortalecimento dos senhores feudais, que somente seriam vencidos pela classe que nasceria do comércio, os burgueses.

4. AS CRUZADAS

As difíceis condições em que se encontravam a população européia, a massa de mendigos, seu exacerbado misticismo e os interesses econômicos europeus nas terras orientais formavam a base para a “Guerra Santa”. Essa “Guerra Santa” toma forma com as Cruzadas, que eram expedições oficiais organizadas pelos cristãos do Ocidente e incentivadas pela Igreja, com o fim de libertar as “Terras Santas” do Oriente dos povos de religião muçulmana. O Papa concedia a seus participantes privilégios espirituais e materiais, sendo o principal deles a indulgência, ou seja, o perdão dos pecados. A iniciativa da Cruzada era tomada geralmente pelo Papa, sendo financiada tanto pela Igreja quanto pelos próprios cruzados. De acordo com DURANT (1957, p. 47):

“As Cruzadas constituíam o ato culminante do drama medieval, e talvez o acontecimento mais pitoresco na história da Europa e do Oriente Próximo. Agora, finalmente depois de séculos de disputas, as duas grandes religiões, Cristianismo e Maometismo, recorriam ao arbítrio final do homem – a suprema corte da guerra. Todo desenvolvimento medieval, toda a expansão do comércio e da cristandade, todo o fervor da crença religiosa, todo o poder do feudalismo e a magia da cavalaria chagaram a um clímax numa Guerra de Duzentos Anos pela alma do homem e lucros comerciais”.

As oito Cruzadas conseqüentes disto tiveram seus objetivos superficialmente atingidos. Suas principais conseqüências não foram planejadas e nem bem recebidas pelas classes dominantes, pois percebiam a ameaça ao *status quo* europeu.

4.1 AS MOTIVAÇÕES

Conforme GIORDANI (1974, p. 536):

“O estudo da gênese das cruzadas de levar em consideração: 1. As peregrinações à Terra Santa como expressão de religiosidade medieval; 2. A idéia de guerra santa; 3. As condições sociais; 4. As condições econômicas; 5. O gosto pela aventura e as ambições; 6. As condições políticas; 7. As perseguições aos peregrinos; 8. O Oriente visto pelos ocidentais e vice-versa; 9. A atuação de Urbano II”.

Um dos fatores que possibilitou a realização das Cruzadas foi o grande crescimento populacional do século XI. Formou-se na Europa, devido à crise que se iniciava no sistema feudal, uma multidão de desocupados, mendigos e ladrões, o que permitiu a formação dos exércitos.

A nobreza sem feudo, marginalizada pela norma da primogenitura, via nas Cruzadas a possibilidade de apoderar-se de propriedades no Oriente. Além disso, a Igreja desejava livrar a Europa da tendência dos nobres à guerra e dos assaltos dos bandidos. Enquanto aconteciam as Cruzadas, a Europa ficava em paz e produzia-se com tranqüilidade, garantindo assim o pagamento de dízimo à Igreja.

O grande sentimento de religiosidade mística que dominava o homem medieval foi outro importante fator para a realização das Cruzadas. Considerava-se que Deus era o grande senhor feudal dos homens, e estes deveriam prestar-lhe serviço militar, recuperando suas terras invadidas pelos infiéis para a sua representante na terra, a Igreja. Ainda, as práticas de flagelo físico para purificação da alma e a crença nos poderes das imagens e lugares santos criaram o hábito de peregrinação a Jerusalém, dificultada pela presença ameaçadora dos muçulmanos. As Cruzadas seriam “peregrinações armadas”.

Segundo HOFFNER (1977) a Igreja tinha também o interesse de reunificar a cristandade. Durante a “Querela das Investiduras” (1085-1122), a Igreja passou a ter dois Papas, que foi o resultado do conflito entre o poder temporal do imperador Henrique IV, do Sacro Império Romano-Germânico, e o poder espiritual do Papa Gregório VII, do movimento reformista Ordem de Cluny, devido ao cesaropapismo (supremacia do imperador sobre a Igreja), o nicolaísmo (desregramento do clero), a simonia (comércio dos bens da Igreja), o celibato e proibição das investiduras leigas. O problema foi solucionado com a Concordata de Worms (1122), que limitou o poder do imperador e afirmou a supremacia do papado. Havia ainda o “Cisma Oriental” que dividiu as Igrejas cristãs do Oriente e Ocidente. Assim, as Cruzadas visavam, não só a expulsão dos muçulmanos dos territórios considerados santos, mas também a reconquista dos fiéis separados.

Já no Oriente, os bizantinos não concebiam as Cruzadas como guerras santas, mas apenas necessárias. Aceitaram as Cruzadas sem o entusiasmo religioso dos ocidentais, o que lhes interessava era a necessidade de defesa perante a ameaça muçulmana aos seus territórios.

Enfim, em 1095, quando o Papa Urbano II convocou os cristãos da Europa a libertarem os lugares sagrados da "Terra Santa", em poder dos infiéis, seu apelo teve diferentes significados para os guerreiros que o atenderam. Como afirmava o Papa, era uma garantia de salvação eterna para todos. Para os que colocavam interesses mundanos acima dos espirituais, significava uma oportunidade de ganhar prestígio, adquirir fortunas, fundar novos domínios, governar países inteiros ou ainda fugir da rotina para uma gloriosa aventura.

O fator econômico não pode ser deixado de lado, já que havia nesta época, através de novas técnicas agrícolas, um excedente que poderia ser comercializado também externamente. Além disso, desejava-se obter com maior tranqüilidade as mercadorias orientais. As duas maiores cidades comerciantes da Europa, Veneza e Gênova, pretendiam proteger e expandir suas atividades, e as Cruzadas lhes interessavam por isso. De acordo com DURANT (1957, p. 48-49):

"Quando os normandos tomaram a Sicília dos muçumanos e exércitos cristãos reduziram o domínio muçumano a Espanha o mediterrâneo ocidental ficou livre para o comércio cristão; as cidades italianas, como portos de saída para os produtos internos e transalpinos, tornaram-se ricas e fortes, e planejaram acabar com a ascendência muçumana no mediterrâneo oriental, e abrir o mercado do Oriente próximo as mercadorias da Europa ocidental. Não sabemos o quantos estes mercados italianos se faziam ouvir pelo Papa."

Mesmo Jerusalém tornou-se importante centro comercial. As terras conquistadas instantaneamente tornaram-se um imã irresistível para todos os tipos de aventureiros, dos bairros miseráveis e das prisões européias. Partiram não com a finalidade de semear a palavra do Senhor, mas para tomar as terras pertencentes aos muçulmanos.

Os francos depositaram sua confiança na força marítima e nas fortalezas. As frotas genovesas, pisanas e venezianas cedo dominaram os mares, ávidas do atrativo

comércio das especiarias, do arroz e do açúcar de cana, das plumas de avestruz provindas da África, das peles russas, dos tapetes persas, de metais incrustados de Damasco, das sedas e musselinas de Mossul. E outros incontáveis artigos de luxo atraíam os mercadores que se estabeleciam nas pequenas cidades costeiras, conforme salienta SEWARD (2004).

Nessas cidades, segundo AZIZ (1979), construíam uma fiada de fortalezas, a cargo de templários e hospitalários. Eram estas organizações de religiosos fanáticos, que juravam defender a fé cristã até a morte. Formavam um misto de monasticismo e militarismo, combinando disciplina estrita e austeridade monacal com a mentalidade belicosa de barões ladrões.

As ordens militares, como os templários e hospitalários, foram fundadas no século XII. Com sua terrificante mistura de brutalidade e fanatismo religioso, formavam as tropas de assalto da Igreja Católica na Idade Média. O Papa concedeu a essas ordens excessivos privilégios, inclusive a isenção do pagamento de dízimo. Elas acabaram por constituir uma igreja dentro da Igreja, um estado dentro do Estado.

As atividades destas ordens militares foram caracterizadas por violenta agressão e extrema selvageria, a ponto de exterminarem povos inteiros. Assim, os antigos prussianos, povo eslavo que vivia às margens do Báltico, foram exterminados pela ordem teutônica, para que regiões fossem despovoadas e colonizadas pelos germânicos. As terríveis campanhas da ordem teutônica nas florestas contra os lituanos têm sido descritas como as guerras mais ferozes da Idade Média, conforme SEWARD (2004).

Comenta ainda SEWARD (2004, p. 30):

"Em teoria, (as ordens) representavam uma proteção contra os infiéis. Na prática, foram impiedosos agressores. A deliberada liquidação dos prussianos pela ordem teutônica é um testemunho suficiente. Conforme um cronista e capelão orgulhosamente registrou - eles empurram-nos de modo que nenhum permanecesse, salvo se dobrassem a cerviz ao jugo da Fé - isto com a ajuda do Senhor Jesus Cristo que é santificado para todo o sempre".

Mas, independente dos motivos que causaram o movimento das cruzadas, a primeira Cruzada mostrou que, após seis séculos de adaptações, o povo ocidental

finalmente era capaz de unir-se numa causa comum, apesar de suas rivalidades internas:

“De lugares tão distantes como a Escócia, a Dinamarca e a Espanha, os homens se apressavam a fazer seus votos. Alguns facilitavam dinheiro para a viagem penhorando seus bens e suas terras. Outros, crendo que não mais voltariam, davam tudo à Igreja. Havia aderido à cruzada um número suficiente de grandes nobres para dar-lhe um formidável apoio militar”. GIORDANI (1974, p. 549).

Em termos de desenvolvimento político, econômico e social, a liderança do mundo medieval passaria para a Europa e durante muitos séculos seria conservada pelos europeus. Segundo DURANT (1957, p. 86):

“As Cruzadas começaram com um feudalismo agrícola inspirado no barbarismo germânico, e misturado com o sentimento religioso; terminaram com o surgimento da indústria e a expansão do comércio, numa revolução econômica que antecipou e financiou a Renascença”.

4.2 A CRUZADA POPULAR

Diante da pregação do Papa em 1095, surgiam oradores fanáticos, que convocavam o povo para a “Guerra Santa”. O mais famoso deles foi Pedro, o Eremita, que tendo provado os sofrimentos dos ataques inimigos durante uma peregrinação à Jerusalém, conduziu, sem organização e constituída principalmente de mendigos, uma multidão para o Oriente.

Conforme GIORDANI (1974), esse exército de fanáticos matou multidões de judeus, cometeu diversos assaltos pelo caminho, inclusive na capital bizantina, onde ficaram deslumbrados e invejosos do esplendor e riqueza da cidade. Assustados com a selvageria dos cruzados, os bizantinos apressaram-se em transportá-los para a Ásia, onde foram massacrados pelos turcos.

4.3 A PRIMEIRA CRUZADA (1096-1099 - Rota no anexo 6)

Enquanto realizava-se a Cruzada Popular, a cruzada oficial era cuidadosamente organizada pela nobreza. Formada por várias expedições, seus líderes quando chegaram à Constantinopla foram submetidos a um juramento de fidelidade ao imperador, que ambicionava possuir os territórios que fossem conquistados.

Antes de prosseguir para a conquista de Jerusalém, cada líder cruzado empenhou-se em ações isoladas procurando realizar uma conquista territorial para benefício próprio. Quando finalmente alcançaram Jerusalém, atacaram a cidade com incrível violência, chacinando os muçulmanos. Descreve DURANT (1957, p. 55-56):

“Mulheres mortas a punhaladas, crianças de colo arrancadas pelas pernas do seio das mães e atiradas sobre as muralhas ou quebravam-se-lhes o pescoço, lançando-as contra postes; e 70.000 muçulmanos que permaneceram na cidade foram dizimados. Os judeus sobreviventes, reunidos numa sinagoga, foram queimados vivos. Os vitoriosos se juntaram na igreja do Santo Sepulcro [...] Ali, abraçando-se uns aos outros, choraram de alegria e alívio e agradeceram a Deus as mercês pela vitória”.

Ainda de acordo com DURANT (1957), esse ato de selvageria seria um erro político ao domínio dos latinos no Oriente, as cidades marítimas de Beirute e Arsuf que estavam prontas a negociar a rendição, decidiram resistir.

Os chefes cruzados fundaram uma série de Estados cristãos no Oriente Médio, que obedeciam ao sistema feudal Europeu. Os Estados latinos do Oriente eram criações artificiais, distantes do Ocidente, ligados a ele apenas por via marítima, e por isso dependentes dos interesses comerciais italianos. Os ocidentais ali estabelecidos eram uma pequena minoria estranha ao meio e em constante rivalidade entre si. Conforme DURANT (1957, p. 56):

“O reino [latino de Jerusalém] ficou dividido em quatro principados feudais, com sede, respectivamente, em Jerusalém, Antioquia, Edessa e Trípoli. Cada um dos quatro estava dividido praticamente em feudos independentes, cujos ciumentos senhores faziam a guerra, cunhavam dinheiro e por outros meios arremedavam a soberania. O Rei era eleito pelos barões e vigiado por uma hierarquia eclesiástica sujeita somente ao Papa. Ele se enfraqueceu mais ao ceder o controle de vários portos – Jafa, Tiro, Acre, Beirute, Ascalon – a Veneza, Pisa ou

Gênova, como preço de ajuda naval e abastecimentos transportados por mar”.

A hostilidade ocidental com relação a bizantinos e muçulmanos era grande devido ao contraste entre suas civilizações, mais refinadas e sofisticadas, características que para os ocidentais tornavam estes Estados fracos.

4.4 A SEGUNDA CRUZADA (1147-1149 - Rota no anexo 7)

A cidade de Edessa, conquistada pelos ocidentais, cai em poder dos muçulmanos, que ameaçam então a cidade cristã de Antioquia, provocando no Ocidente a pregação e partida de nova Cruzada. Os cruzados lutam contra os muçulmanos, até que estes últimos buscam abrigo por trás das muralhas de uma fortaleza bizantina, levando os cruzados a suspeitarem de traição dos bizantinos.

Em uma assembléia da qual participaram os chefes cruzados e os líderes cristãos no Oriente, é decidido o ataque a cidade de Damasco, que mantinha boas relações com os cristãos. Os cruzados ocidentais tinham pouco conhecimento da situação, incentivados pelos líderes cristãos do Oriente, almejavam Damasco por ser uma cidade santificada pelas escrituras.

Após alguns dias de sítio a Damasco, os cruzados inexplicavelmente abandonam suas posições. Os nobres orientais que aconselharam a retirada, passaram aos olhos dos ocidentais como subornados pelos muçulmanos. Os cruzados, humilhados, retornam ao Ocidente.

O fracasso desta Cruzada deveu-se à força dos exércitos turcos e também à desunião e ambição dos chefes cristãos, causando enorme decepção no Ocidente. Sobre essa desunião descreve GIORDANI (1974, p. 578):

“[...] mais do que nas armas dos turcos, a causa do fracasso da segunda cruzada residia na discórdia, na desunião e nas ambições dos próprios chefes cristãos, entre os quais figuravam os soberanos ocidentais, o basileu bizantino e os príncipes francos do Oriente”.

4.5 A TERCEIRA CRUZADA (1189-1192 - Rota no anexo 8)

O líder muçulmano no Egito, Saladino, domina duas cidades cristãs no Oriente, Damasco e Alepo, porém mantém boas relações com os cristãos. Diante do ataque de um cavaleiro francês cristão com seu exército a uma pacífica, mas rica, caravana muçulmana, Saladino inicia uma guerra contra os cristãos, tomando-lhes diversas cidades, inclusive Jerusalém, mas mostrando-se gentil com os vencidos.

Com a notícia da queda de Jerusalém, organiza-se no Ocidente mais uma Cruzada. No Oriente, ao saber da nova Cruzada, o imperador bizantino apressa-se em fazer as pazes com Saladino, a quem depois informava sobre os movimentos dos cruzados. Chega ao Oriente o exército formado por franceses e ingleses que, liderados pelo inglês Ricardo Coração de Leão, realizam algumas conquistas. O rei inglês era grande guerreiro, mas mau político. Mandou matar, friamente e sem justificativa, quase três mil prisioneiros muçulmanos, o que provocou a ira de Saladino cujo costume era ser cordial com seus prisioneiros.

Os cruzados, após algumas batalhas, chegam próximo a Cidade Santa, porém devido ao numeroso exército inimigo que defendia a cidade, Ricardo decide entrar em acordo com Saladino. Jerusalém continuaria sob domínio turco, mas com livre e seguro acesso às peregrinações cristãs. Ricardo volta para casa decepcionado por não haver libertado o Santo Sepulcro, mas tendo possibilitado um período de paz no Oriente. GIORDANI (1974, p. 588) ressalta que:

“Embora a terceira cruzada não houvesse atingido seu objetivo supremo, a libertação de Jerusalém, contribuiu decisivamente para salvar os latinos da Síria do extermínio completo. Os portos ficaram desembaraçados e aptos para o desempenho de importante função econômica e militar. Ainda mais, graças às vitórias de Ricardo, que tinham impressionado fortemente seus adversários, a convivência tornara-se possível entre cristão e muçulmanos da Síria.”

4.6 A QUARTA CRUZADA (1202-1204 - Rota no anexo 9)

Com a atuação de Ricardo Coração de Leão, desenvolve-se a idéia de possuir o Santo Sepulcro mediante negociações. Além dos sentimentos religiosos, desenvolvem-se com maior força, nesta Cruzada, os interesses políticos e econômicos. Segundo FRANCO (1984, p. 50):

“Os novos interesses comerciais e políticos, o surgimento de uma nova tolerância entre cristão e muçulmanos devido à longa convivência, a liberdade de peregrinação conseguida por tratados – estes fatores iam aos poucos enfraquecendo o espírito da Cruzada e fazendo com que o movimento fosse muitas vezes desviado de seus objetivos originais. O melhor exemplo disso foi a Quarta Cruzada”.

O império bizantino encontrava-se novamente ameaçado por muçulmanos inimigos, e sofria internamente de desordens e conspirações. Convoca-se nova Cruzada. Os ocidentais negociam com os venezianos o transporte marítimo, alimentos e uma grande escolta para os cruzados. Fora estabelecido que o Egito, onde estava o centro do poder muçulmano, seria o objetivo da Cruzada, o que desgostou aos participantes que desejavam libertar a Terra Santa. Os venezianos estimulavam esse descontentamento, devido ao seu secreto tratado comercial com o Sultão do Egito.

Os cruzados partem para Veneza, porém muitos resolvem tomar outras vias de acesso para o Oriente, os que sobraram para embarcar em Veneza, conforme o combinado, eram poucos para arcar com as despesas do contrato. Os venezianos então, que haviam cumprido a sua parte colocando à disposição dos cruzados uma imponente frota, exigem como parte do pagamento a tomada de importante cidade comercial de domínio húngaro cristão, Zara. Os cruzados, sem alternativa, tomam a cidade cristã para os venezianos e o Papa horrorizado excomunga a todos.

Em seguida, conforme GIORDANI (1974), os cruzados recebem a proposta do príncipe Aleixo, que pretendia recuperar o trono de Bizâncio, usurpado de seu pai. O príncipe promete resolver o cisma religioso, pagar duzentos mil marcos em prata, fornecer mantimentos, auxiliar na campanha do Egito e guardar a Terra Santa. Apesar da oposição de muitos, a proposta é aceita, pois poderiam liquidar a dívida com Veneza, obter recursos para prosseguir a Cruzada e, ainda, poderiam reunificar as

Igrejas oriental e ocidental, o que agradaria o Papa, que ficara descontente com a tomada de Zara. Aos venezianos a proposta também interessava, já que era uma oportunidade para recuperar privilégios comerciais e também porque representava uma possibilidade de se ocupar de parte do mercado oriental dominado por Constantinopla, sua grande rival comercial.

Os cruzados então tomam Constantinopla e consagram o príncipe Aleixo imperador. Porém, o príncipe não consegue cumprir as promessas e mostra-se incapaz de governar. Os cruzados permanecem na cidade aguardando o pagamento do imperador e seu rude contato com os habitantes faz aumentar o ódio e desprezo dos bizantinos. Não obtendo o pagamento de Aleixo, os cruzados assaltam a cidade, matando muitos habitantes, apoderam-se de riquíssimos tesouros e tomam posse da cidade. GIORDANI (1974, p. 596) descreve:

“Tomada que foi a cidade, os latinos a submeteram durante três dias a depredações inauditas, saqueando os tesouros acumulados em Constantinopla durante séculos. Nem os templos, nem os objetos sagrados, nem os monumentos, nem as propriedades privadas escaparam à pilhagem”.

Surge assim o Império Latino de Constantinopla, tutelado pelos venezianos, que cerca de meio século mais tarde seria conquistado pelos genoveses. O império formado era frágil devido às contraditórias ambições de seus chefes, à hostilidade bizantina, à forte resistência do clero ortodoxo e à rivalidade comercial Veneza-Gênova.

Satisfeitos com o saque realizado em Constantinopla e com a conquista do monopólio comercial para Veneza, os cruzados abandonaram seus objetivos e retornaram à Europa. Nesse momento, começa-se a questionar os reais objetivos das Cruzadas.

4.7 A CRUZADA DAS CRIANÇAS (1212)

Este foi um movimento que reuniu milhares de jovens camponeses. Os cristãos acreditavam que os jovens, inocentes e sem pecados, conseguiriam vencer os

mulçumanos e recuperar Jerusalém. Era uma tentativa de retornar à idéia original de “Guerra Santa” e uma crítica aos desvios que ela tinha então tomado, conforme FRANCO (1984). Porém, essa iniciativa só conseguiu alcançar Gênova, com a maioria tendo morrido pelo caminho e os que restaram foram seqüestrados e escravizados.

4.8 A QUINTA CRUZADA (1217-1221 - Rota no anexo 9)

No Oriente, o sultão procura viver em paz com os povos latinos, mantendo relações comerciais com as cidades da Península Itálica. Porém, quando resolve construir uma fortaleza na planície da cidade de Acre, seu gesto é interpretado no Ocidente como um ato hostil, o que resulta na convocação de nova Cruzada pelo Papa.

O exército cristão segue para o Oriente, onde se apodera da cidade de Damietta, recusando a oferta do sultão de devolver o antigo território de Jerusalém sob a condição da retirada dos cruzados. Disputas entre os cruzados paralisam a expedição por longo tempo, possibilitando a recuperação dos mulçumanos. Quando resolvem prosseguir para o Cairo são detidos pelos islamitas, os líderes cruzados então entram em acordo com o sultão, firmando uma trégua de oito anos em troca da devolução de Damietta. Termina assim a expedição.

Conforme DUBY (1970), nessa época desenvolviam-se no Ocidente as Ordens Mendicantes. São Francisco de Assis, fundador de uma dessas ordens religiosas, dirigiu-se ao Egito, em 1.219, para acabar com a guerra. Não conseguiu persuadir os cruzados, mas obteve uma entrevista com o sultão, e finalmente acabou tendo êxito ao impor o diálogo entre muçulmanos e cristãos.

4.9 A SEXTA CRUZADA (1227-1229 - Rota no anexo 10)

Conforme FRANCO (1984), o rei Frederico II da Alemanha toma a iniciativa desta Cruzada, pois ambicionava a tomada de Jerusalém. Devido a um choque de

interesses envolvendo a Itália e ao não cumprimento às promessas feitas ao Papa de participar da Cruzada anterior, Frederico II é excomungado, não podendo por isso contar com o apoio dos cristãos. No Oriente, sua fama de crueldade e deslealdade antecedeu sua chegada, e foi recebido com desconfiança e sem apoio.

Antes mesmo de sua partida, já havia iniciado negociações com o Sultão do Egito, e lá chegando, firma um tratado no qual o chefe muçulmano lhe entrega as três cidades santas, Jerusalém, Belém e Nazaré. Jerusalém seria reconhecida como cidade santa pelos dois cultos, e os cristãos recuperariam o Santo Sepulcro, enquanto os muçulmanos conservariam suas mesquitas.

Frederico II entra em Jerusalém e coroa a si próprio no altar do Santo Sepulcro. Sua atitude de conduzir uma Cruzada e ao mesmo tempo negociar com o inimigo, além de sua auto-coroação, provocou a revolta dos nobres cristãos do Oriente, que acabaram expulsando mais tarde os representantes do rei na Terra Santa.

4.10 A SÉTIMA CRUZADA (1248-1251 - Rota no anexo 10)

Os mongóis liderados por Gengis Khan forçam a retirada dos muçulmanos de raça iraniana da Ásia Central, que se deslocam para a Ásia Menor, onde conquistam Jerusalém. Prega-se nova Cruzada no Ocidente.

O rei francês Luis IX (canonizado São Luis) atende à convocação do Papa, a fim de cumprir uma promessa feita quando esteve doente. Seguindo para o Oriente, realiza algumas conquistas e recusa a proposta do sultão que lhe oferece a devolução de Jerusalém em troca de sua retirada. Porém, Luis IX é detido pela inundação do rio Nilo, e uma epidemia de tifo dizima seu exército. O rei, também adoentado, é capturado e aprisionado, mas liberto após o pagamento de grande soma em dinheiro e da devolução das cidades conquistadas.

“O voto fora cumprido, mas o Egito tinha vencido os cruzados e o reino de Jerusalém permanecia privado de sua capital [...] Esse desastre se não desencorajava S. Luís, vinha, contudo, acrescentar um motivo suplementar às razões avançadas pelos príncipes e cavaleiros para não dar ouvidos ao apelo à cruzada. A idéia de cruzada.

deformada ou combatida havia meio século, perdia cada vez mais sua força e sua pureza". GIORDANI (1974, p. 605).

4.11 A OITAVA CRUZADA (1270 - Rota no anexo 10)

Nessa época existiam ordens religiosas com monges cavaleiros no Oriente, os templários, guardiões do Santo Sepulcro, os hospitalários, que cuidavam dos hospitais e os teutônicos, que atendiam os doentes. Essas ordens viviam em contínuos conflitos entre si. Além disso, havia constantemente choques armados entre cristãos genoveses e venezianos, devido às suas rivalidades comerciais, conforme AZIZ (1979).

Entre os muçumanos também havia divisões, e ainda estavam ameaçados agora por um novo inimigo, os mongóis, que haviam se convertido ao Cristianismo. Os venezianos decidem apoiar os muçumanos, devido ao seu interesse pelo comércio egípcio e pela recuperação da rota marítima do Golfo Pérsico e do Mar Vermelho. Os mongóis são derrotados e a Síria Cristã é dominada pelos muçumanos.

No Ocidente, o Papa convoca nova Cruzada, e o rei Luis IX novamente atende a seu chamado, mas contando com poucas adesões. Ao invés de seguirem para o Egito, seu objetivo inicial, partem para o norte da África. Esse desvio foi provocado pelo irmão do rei francês, que tinha interesses políticos na Tunísia. Ali, o exército enfrenta vários ataques muçumanos e é atingido por uma epidemia, que faz morrer o próprio rei. Seu irmão assume o comando, mas limita-se a assinar com o sultão da Tunísia um tratado de seu interesse, retornando então à França.

Os muçumanos, aproveitando-se das rivalidades internas das cidades cristãs, tomam sucessivamente posse de todas as cidades do reino de Jerusalém. Em vão o Papa convoca outra Cruzada. Chega ao fim a colonização cristã no Oriente Médio.

5. REPERCUSSÕES DAS CRUZADAS

As Cruzadas tiveram repercussões em diversas áreas, conforme descreve PERROY:

“As Cruzadas, enfim, ao estabelecerem estreitas relações com países de cultura superior, apressaram o refinamento dos costumes dos cavaleiros, propagaram o uso das modas e dos gêneros exóticos, permitiram a introdução de técnicas novas - assim, por exemplo, as técnicas de fortificações, transportadas ao Oriente pelos cruzados, aí se aperfeiçoaram durante o século XII, e a Europa beneficia-se mais tarde, por sua vez, destas melhorias - e revelaram aos intelectuais certos aspectos da ciência e da filosofia, da arte e da literatura árabes e helênicas [...que] vem enriquecer o patrimônio cultural da Europa cristã. Infundem vigoroso impulso ao renascimento espiritual, iniciado na época carolíngia e continuado desde então, mas lentamente e aos arrancos, e agora favorecido pela abundância geral, pela multiplicação dos contatos e aceleração dos intercâmbios de todas as espécies”. (apud CROUZET, 1994, p. 63).

Do ponto de vista religioso, o contato entre cristãos e muçulmanos proporcionou um maior conhecimento entre ambas as religiões, amenizando o ódio inicial, que provocara as guerras anteriormente.

O fracasso das Cruzadas fez voltarem as tentativas pacíficas de conversão ao Cristianismo, na forma das missões. O aparecimento das Ordens Mendicantes (franciscanos e dominicanos), em princípios do século XIII, foi o incentivo para a demonstração pacífica da fé. São Francisco e outros missionários pregaram entre muçulmanos e mongóis, segundo DUBY (1970).

A maior consequência religiosa das Cruzadas foi o desprestígio da Igreja, ela foi desacreditada, perdendo seu poder de coerção sobre a população, o que acarretou no aumento do número de heresias nos séculos XII e XIII. Ainda, a religiosidade mística e supersticiosa da época via sinais divinos em tudo, e passou a interpretar o fracasso das Cruzadas como uma crítica divina à Igreja. Quaisquer problemas que acontecessem, tanto econômicos como sociais, eram atribuídos ao fracasso da Igreja intercessora junto a Deus. Começou-se a questionar a própria razão de ser da Igreja.

Do ponto de vista social, as Cruzadas proporcionaram o enfraquecimento da aristocracia, o desestímulo à servidão e o fortalecimento da burguesia. O

enfraquecimento da aristocracia deve-se ao fato de muitos nobres terem se arruinado na esperança de encontrar no Oriente um patrimônio maior. Vendiam barato seus bens, para comprar as mercadorias necessárias às expedições, ou doavam suas propriedades à Igreja. Muitos deles morreram em combate ou no caminho, desaparecendo assim muitas linhagens de nobres. Apenas alguns poucos conseguiram enriquecer.

Consoante DUBY (1990), muitos servos conseguiram sua libertação auxiliados pela organização das Cruzadas, o que foi possibilitado de diferentes formas. O aristocrata, precisando de dinheiro para partir para a Cruzada, ou voltando da viagem arruinado, vendia a liberdade para os servos. Outras vezes, os servos, aproveitando-se da ausência do senhor, fugiam para a cidade. Além disso, no século XII, havia uma lei em diversas cidades européias, segundo a qual o servo que residisse durante um ano e um dia na cidade, tornava-se livre. Assim, quando o senhor voltava da Cruzada, que geralmente durava mais do que um ano, não podia mais reclamar seu servo. Ainda, havia servos que fugiam para participar da Cruzada, animados pelas pregações. Muitas vezes foram também concedidas alforrias coletivas, sobretudo na França, com comunidades rurais inteiras pressionando os senhores.

A burguesia foi fortalecida pela adesão de muitos servos libertados, que se estabeleceram nas cidades como artesãos ou novos comerciantes, intensificando a vida urbana e o desenvolvimento comercial. Os burgueses combatiam a autonomia dos feudos, para acabar com a cobrança de tributos regionais. Desejavam o fim das guerras feudais que atrapalhavam seus negócios e almejavam uma centralização política na figura do rei. A burguesia não aceitava os valores eclesiásticos e as intervenções da Igreja na vida política e econômica.

O resultado político mais importante foi o impulso no processo de centralização política. As Cruzadas enfraqueceram ainda mais o poderio senhorial e a servidão, e beneficiaram a burguesia, o que fortaleceu a passagem para as monarquias nacionalistas.

Economicamente, a abertura do Mediterrâneo pelos cruzados intensificou o comércio no Ocidente. A partir do século XI, as cidades se desenvolveram intensamente, houve o surgimento da burguesia (classe de comerciantes), ocorreu o

despertar de uma cultura individualista e racionalista, mais universidades foram criadas, o poder monárquico foi fortalecido, e surgiram novas concepções religiosas e artísticas.

Veneza e Gênova, os principais centros econômicos da época, já praticavam intensamente o comércio anteriormente ao século XI, mas foi a abertura dos mercados orientais pelas Cruzadas que as tornaram potências econômicas. GIORDANI (1974, p. 86) observa que: “O comércio seguiu a cruz e talvez a cruz fosse orientada pelo comércio. Os cavaleiros perderam a Palestina, mas as frotas mercantes italianas conseguiram o controle não somente do Islã como também de Bizâncio”. Além disso, estas duas cidades escoavam seu excedente de trigo, vinho e tecidos por toda a Europa, e também forneciam importantes produtos aos europeus, como mástique (espécie de resina), anil, alume, algodão, açúcar, mel, cera e peixes salgados.

O fluxo de comércio aumentava rápida e seguramente desde o Oriente até a Europa. As mercadorias luxuosas do Oriente enriqueciam os mercadores de Veneza e Gênova. Italianos, alemães e franceses comerciavam com a Tchecoslováquia, Hungria e Rússia. Diversas rotas marítimas e terrestres ligavam o comércio entre o sul da Europa (principalmente Veneza e Gênova), e o norte europeu. A principal ligação entre a Itália e Flandres era Champagne, muito beneficiada pelo desenvolvimento comercial. Nas cidades da planície de Champagne realizaram-se as principais feiras, reunindo comerciantes de todas as partes do mundo. Nesses encontros de comerciantes, que se desenvolveram principalmente no século XII, eram negociadas mercadorias por atacado, e as vendas eram acompanhadas de festas e competições, constituindo-se em grandes acontecimentos sociais. “As feiras, existentes desde o século XI, eram centros de intercâmbio em grande escala, que se esforçavam em reunir o maior número possível de homens e produtos”, segundo PIRENNE (1982, p.102).

A influência de comerciantes de diversos países, com diferentes moedas, levou ao surgimento do mercador de dinheiro ou cambista. Esse mercador trocava as moedas dos vários comerciantes mediante um determinado preço. Com o aumento dos empréstimos, esses cambistas tornaram-se banqueiros, sendo os italianos os principais. “Os cambistas examinavam e pesavam as moedas: do ‘banco’ onde eles realizavam

essa operação surgiu a instituição bancária, e as variadas práticas financeiras nasceram desse serviço primitivo de câmbio de dinheiro”, de acordo com FREMANTLE (1970, p. 74). A troca de dinheiro facilitava o intercâmbio de mercadorias, e ambos incentivavam-se mutuamente.

O desenvolvimento dos bancos e do crédito pode ser considerado resultado indireto das Cruzadas. A extensão dos negócios bancários foi possibilitada pelo comércio a longa distância (transferência de fundos e câmbio de moedas de diversas origens) e pelas necessidades dos cruzados (depósito durante sua ausência e empréstimos). Os templários, monges guerreiros organizados para proteção dos peregrinos a Jerusalém, tornaram-se grandes banqueiros, devido aos resgates obtidos nas guerras contra os muçulmanos. Financiavam assim a viagem de muitos cruzados com esse capital, além de guardarem a riqueza de outros em troca de uma determinada taxa.

As Cruzadas também tiveram participação indireta no fenômeno de transmissão cultural. Ao reincorporarem na cristandade territórios que haviam sido por muito tempo muçulmanos (Ibéria e Sicília), contribuíram de certa forma para a difusão de aspectos da cultura muçulmana no Ocidente, conforme relata PUIGGRÓS (1965, p. 173):

“Atribui-se ao Papa Silvestre II a invenção, ou talvez a introdução, a partir do mundo islâmico, do astrolábio para medir a altura dos astros sobre o horizonte, da esfera sólida destinada a estudar os movimentos celestes e do primeiro relógio mecânico acionado por pesos. As conseqüências foram incalculáveis”.

Por outro lado, a transmissão de cultura ocidental para o Oriente através dos cruzados foi diminuta, já que estes tinham interesses políticos e econômicos, e não diretamente culturais.

Na questão das relações internacionais divergências permaneceram, intensificadas por alguns fatos, como o massacre feito pelos primeiros cruzados na tomada de Jerusalém em 1.099. Em relação a Bizâncio, os saques que os cruzados realizavam na cidade em quase todas as expedições, e principalmente a tomada da cidade durante a quarta Cruzada, tornaram os desentendimentos anteriores

irreversíveis. Tanto que, em 1.453, com os turcos às portas de Constantinopla, os bizantinos preferiram enfrentá-los do que pedir novamente ajuda aos ocidentais. A Rússia, que herdou de Bizâncio o alfabeto, a religião, elementos artísticos e literários, instituições políticas, manteria por séculos essa desconfiança em relação ao Ocidente.

Assim, com o conhecimento por parte dos ocidentais de novas e diferentes culturas e a aquisição do gosto pelo luxo trazido de suas expedições ao Oriente, o misticismo populacional, as bases que sustentam o sistema feudal e o poder da Igreja começam a ruir. Com a crescente circulação de mercadorias e moedas, a velha conjuntura feudal torna-se um empecilho para a nova classe emergente, a burguesia. Esta futuramente susteria um rei, que poderia centralizar o poder e proporcionar um cenário adequado ao livre desenvolvimento burguês.

6. CONDIÇÕES PARA O CAPITALISMO

Para que um sistema assuma características do capitalismo, é necessário que haja acumulação de capital. E isso foi proporcionado justamente pela acumulação agrícola. Enquanto os grandes senhores feudais produziam somente para alimentar e manter seu poder sobre os vassallos, todo o excedente era assim consumido ou gasto em luxos para si, sua família e amigos. Conforme FRANCO (1985, p. 77): “Como boa parte da riqueza gerada provinha da agricultura e esta era dominada por uma elite fundiária de hábitos suntuosos, calcula-se que apenas 1% ou 2% das rendas agrícolas fossem reinvestidas”.

Segundo DOBB (1983), quando o comerciante pôde adquirir terras, passou a investir o lucro obtido pelo comércio para aumentar ainda mais sua riqueza. Explorava a terra com novas técnicas que pudessem sempre aumentar a produção, não para ser consumida, mas para ser comercializada.

A usura desempenhou importante papel na transformação da riqueza feudal em burguesa.

Conforme HOBSON (1983, p. 15):

“O comércio de produtos agrícolas, acarretando uso crescente de dinheiro na economia agrícola e induzindo proprietários e arrendatários a um cultivo mais cuidadoso e intensivo, a fim de obter rendas em dinheiro e lucros, foi a principal via da corrente inovadora [...] Proprietários novos [...] absorvendo as propriedades das famílias nobres decadentes e as terras confiscadas à Igreja e às guildas, eles entregaram sua administração a agentes, de conformidade com o espírito do moderno receptor de rendas da terra”.

Mesmo os pobres camponeses, com maior liberdade, que passaram a ocupar as terras consideradas incultiváveis, bosques e pântanos, então, interessaram-se em aumentar sua produção, pois agora podiam dispor do excedente dos produtos, e até comercializá-lo.

Mas, ainda segundo HOBSON (1983), não foram os humildes camponeses ou os mercadores os grandes capitalistas que surgiram. Foram os membros da própria nobreza, que traziam para a cidade o excedente de sua produção, ou seja, os saques obtidos das guerras, pois já não podiam mais guerrear.

Conforme SMITH (1968, p. 327), “o grande proprietário rural, para manter a tradição de herança da terra, tem medo de aplicar o seu excedente em negócios de risco e gasta para manter dependentes”. O investidor então é o comerciante, que aplica seu capital no aprimoramento da terra. Esses dois fatores, o gasto excessivo e o empobrecimento dos grandes senhores, e a prosperidade e audácia dos mercadores, levaram à apropriação e aprimoramento do solo pelos segundos. Então, o comércio proporcionou a exploração da produção, porém, inicialmente, apenas o investimento no solo é que podia manter o comércio na Europa e que permitia um acúmulo primitivo de capital. Depois, uniram-se a este capital os lucros que os comerciantes obtiveram durante diversos períodos de inflação, principalmente nos séculos XVI e XVII. O aumento dos preços dos produtos manufaturados superava o crescimento das rendas e salários. Outras fontes de acumulação foram a pilhagem colonial e o tráfico de escravos.

Outro fator que caracteriza o capitalismo é a mão-de-obra assalariada, o que o comércio inevitavelmente faz surgir. Especialmente quando ocorreu a Peste Negra (peste bubônica) no século XIV, a escassez de trabalhadores valorizou a mão-de-obra, que se tornara indispensável para a manutenção do comércio. Além disso, o capitalista (ou o comerciante da época) sabe que a mão-de-obra será tanto mais produtiva quanto melhor remunerada.

Quando começou a ocorrer a “enclosure” (ato de cercar certa área de terras de uso comunal, convertendo-a em propriedade privada para a lucrativa criação de ovelhas), que acarretou na expulsão de milhões de camponeses de suas terras, somada à nova organização agrícola que, segundo HOBSON (1983, p. 16):

“A rotação científica das culturas, o cultivo intensivo, o uso de adubos artificiais, o crescente emprego de maquinaria, importaram num desembolso de capital e numa administração empresarial que o pequeno arrendatário não estava em condições de enfrentar [... teve-se como resultado...] Muitos dos elementos dessa categoria, incapacitados de manter uma posição independente, acabaram indo incorporar-se ao novo exército industrial das cidades, esse deslocamento de uma grande população rural, privada de toda propriedade ou segurança de posse da terra, proprietária apenas da sua força de trabalho, formou a classe chamada de ‘proletariado’, condição exigida pelo capitalismo moderno”.

A monetização do sistema também foi consequência do comércio. Com o crescimento das transações ocorridas inicialmente nas feiras, percebeu-se logo a necessidade de um padrão de valor que servisse para adquirir qualquer tipo de mercadoria, que fosse mais fácil de transportar e manusear. O dinheiro sempre foi conhecido, mesmo após o Império Romano nunca deixou de existir, mas tornou-se desnecessário durante a formação do feudalismo, quando o comércio era pequeno e parecia mais vantajoso realizar uma única transação. Assim, ao invés de trocar o produto por moeda, para depois trocar a moeda pelo produto desejado, parecia mais simples trocar logo um produto por outro. Porém, o rápido aumento do comércio tornou as transações mais complexas e, nesse caso, a utilização da moeda era útil.

Formou-se ainda uma classe de mercadores de dinheiro, quando se passou a aceitar a assinatura num papel de compromisso para pagamento futuro de determinada compra, dentro de um período combinado, geralmente na realização da próxima feira. Eram as “letras de feira” ou letras de crédito. Esses comerciantes introduziram também no comércio as letras de câmbio, derivadas da necessidade de trocar as diferentes moedas dos mercadores de diversos países, mediante certa taxa de lucro ao cambista.

Essas práticas deram origem ao sistema bancário e, de alguma forma, permanecem até hoje. Segundo HOLLANDA (1990, p. 164):

“[...] boa parte dos camponeses começou a deslocar-se para as cidades, levada pelo aumento populacional e por progressos nas técnicas agrícolas que causaram uma sensível diminuição da mão-de-obra. Nas cidades desenvolveu-se o artesanato: o crescente número de artesãos fez com que eles se reunissem em corporações para a defesa de seus interesses e da profissão. O desenvolvimento do artesanato, reativou o comércio e os comerciantes deslocaram-se, inicialmente, de cidades em cidades. Com o comércio do artesanato surgiram as feiras e as corporações. [...] O florescimento do comércio trouxe a circulação em grande escala do dinheiro e o aparecimento de banqueiros e cambistas que facilitavam as transações comerciais, emprestavam dinheiro aos comerciantes e aceitavam os seus depósitos. O bem-estar econômico e social, proporcionado pelo florescimento do comércio, levou ao desenvolvimento cultural: nasceram, junto aos grandes centros religiosos, as universidades, desenvolveram-se a arquitetura (românico e gótico), pintura e a literatura – que abandonou o latim e começou a ser criada nos idiomas que, aos poucos, iam-se formando, derivados da língua da antiga Roma”.

Houve problemas na circulação da moeda, quando os senhores feudais se atribuíam o direito de cunhar suas próprias moedas. Isso dificultava a adoção de um padrão único de valor, já que as diversas moedas européias variavam muito, e os senhores freqüentemente diminuía a quantidade de ouro ou prata de suas moedas. Assim, na época já se percebiam sinais de inflação, pois a perda da quantidade de ouro ou prata desvalorizava a moeda, e conseqüentemente, necessitava-se de maior quantidade de moedas para adquirir certo produto. Aos poucos os comerciantes, aliados à crescente autoridade dos reis, obtiveram o direito de centralizar a cunhagem das moedas.

Porém, com o tempo, dificuldades econômicas de toda ordem assolavam a Europa, chegando ao seu ápice na crise do século XIV. Segundo DOBB (1983), este período pode ser considerado um intervalo entre a derrocada da realidade feudal e a formação incipiente da estrutura capitalista. Entre os fatos que marcaram esta época pode-se citar o declínio da produção agrícola, a escassez de mão-de-obra, a nobreza ameaçada pelas dívidas, os surtos de fome e pestes, a falência das manufaturas, as revoltas urbanas e camponesas e os conflitos militares.

Soma-se a isso a convivência com outro problema, o esgotamento das fontes de minérios preciosos, necessários para a cunhagem de moedas, levando a constantes desvalorizações do dinheiro, afetando inevitavelmente as operações bancárias e o comércio, o que acabou dificultando a acumulação primitiva do capital por parte da emergente burguesia mercantil. Isso só fez com que a crise se agravasse.

A extração de prata, a que estava conectado organicamente todo o setor urbano e monetário, deixou de ser praticável ou rentável nas principais zonas mineiras da Europa Central, porque já não havia meio de cavar poços mais profundos ou de refinar minérios impuros. A falta de metais levou a repetidas adulterações na cunhagem em vários países sucessivamente, e daí a uma inflação em espiral. A solução foi a expansão marítima, que possibilitou a exploração de metais preciosos nas terras descobertas pelos europeus, a América.

A expansão marítima aventurada no Oceano Atlântico, com o descobrimento de novas terras e novos caminhos para as Índias, incrementou ainda mais o comércio. O

monopólio comercial das cidades italianas foi vencido, pois então os produtos orientais não passavam mais necessariamente pelos seus portos, possibilitando sua aquisição a custos menores para o restante da Europa. Mas, a principal vantagem das expedições marítimas foi a descoberta da América, fonte da imensa exploração de metais preciosos, que fortaleceu a política mercantilista predominante então em toda a Europa.

Os reis, responsáveis agora pela proteção do povo (principalmente do comerciante e seu comércio), necessitavam de mais dinheiro para a manutenção de um poderoso exército. Desenvolviam-se então os Estados absolutistas. O Estado tomara da Igreja o papel intervencionista, mas protegendo e incentivando o comércio, e não mais o impedindo como fizera a Igreja. Nesse sentido, muitos Estados europeus, entre eles destaca-se a Inglaterra, passam então a adotar as teorias individualistas do Protestantismo.

A essência do chamado “mercantilismo” foi política e econômica, consistindo na disputa entre os grandes Estados na aquisição e manutenção de maior quantidade de ouro. Segundo GRAY (apud GALBRAITH, 1989, p. 29) “O mercantilismo foi tudo menos um sistema; foi primordialmente um produto das mentes de estadistas, de altos funcionários públicos e de líderes financeiros e comerciais da época”.

A Espanha tinha vantagem sobre os outros Estados, pois descobrira a América e era a maior exploradora colonial de ouro. Os outros países, para compensar esta diferença, procuravam impedir de todas as formas a saída do metal precioso de suas fronteiras. As políticas promovidas por todos os Estados eram no sentido de favorecer seu balanço de pagamento, insistindo em vender mais do que comprar. Sua vantagem seria obtida pela desvantagem do outro país, mas como todos desejavam ser os mais fortes, isso desencadeou muitas rivalidades, em especial a “Guerra dos Cem Anos” entre Inglaterra e França.

A população das colônias era forçada a vender matéria-prima barata e comprar produtos manufaturados caros, somente da metrópole colonizadora. O excesso de ouro que os Estados mantinham provocou a desvalorização da moeda e, conseqüentemente, a inflação de preços, empobrecendo o povo. O objetivo direto da política econômica

mercantilista era o fortalecimento do Estado nacional, contribuindo indiretamente para o enriquecimento da burguesia comercial européia. O Estado adotou o protecionismo, intervindo constantemente na economia, regulamentando o comércio com o fim de proteger o mercado nacional. O ouro era o meio de desenvolver a riqueza nacional.

A prática mercantilista permitiu à burguesia acumular forças e, mais tarde, derrubar o absolutismo e o mercantilismo que se transformaram então em obstáculos ao desenvolvimento do capitalismo.

7. A CONTRIBUIÇÃO DAS CRUZADAS PARA O SURGIMENTO DO CAPITALISMO

A grande contribuição das Cruzadas foi a consolidação do renascimento comercial da Europa, ao libertar o mar Mediterrâneo para o grande comércio das cidades italianas.

Além disso, mesmo durante a organização da Cruzada, o incentivo dado à produção nas oficinas dos burgos, possibilitou a acumulação de capital pela transferência de renda feudal aos mercadores, pois os artesãos trabalhavam incessantemente para fornecer aos milhares de cruzados os equipamentos necessários para as viagens, através das demandas de consumo exigidas pelas expedições. Posteriormente, esta acumulação é estimulada também pela influência recebida do Oriente.

As Cruzadas incentivaram a ascensão da nova classe empresarial, pois levaram os cruzados a pedir dinheiro emprestado para atender despesas de equipamento, das viagens e dos hábitos de vida luxuosa trazidos do Oriente. “A extravagância das vestimentas foi, por si só, um fator importante para a formação dos hábitos de endividamento, que fizeram a riqueza dos financistas das cidades”, (HOBSON, 1983, p.11). Até mesmo os grandes senhores de terras da Igreja, para contribuir monetariamente com as exigências de fé do poder central católico, obrigaram-se a emprestar dinheiro dos financistas burgueses, alienando suas terras. Dessa forma, muito do capital eclesiástico foi transferido para a burguesia.

Além disso, os próprios templários tornaram-se prósperos banqueiros, antecipando-se às grandes casas bancárias italianas na fase avançada da Idade Média:

“Os templários transformaram-se em banqueiros profissionais, todo o dinheiro coletado para a Terra Santa, era transferido por eles de seus preceptores europeus para o templo de Jerusalém, enquanto peregrinos e mesmo mercadores maometanos depositavam seus encaixes no templo local. Os irmãos necessitavam de dinheiro para aquisição de armas e equipamentos, para a construção de fortalezas, para o aluguel de mercenários e para subornarem inimigos, de forma que não se permitisse que fundos guardados em caixas-fortes permanecessem ociosos; a restrição da Igreja à usura era contornada pela adição de juros à soma devida por retribuição, e especialistas

árabes eram contratados para transações nos mercados cambiários de Bagdá e do Cairo enquanto se instituíam um excelente serviço de letras de câmbio”. SEWARD (2004, p. 50).

Eles também realizavam operações comerciais e de turismo:

“Tanto os templários quanto os hospitalários achavam mais econômico transportar tropas em seus próprios navios, e passagens estavam à disposição dos peregrinos; em certa época os templários transportaram 6.000 peregrinos por ano. Suas embarcações eram bem aceitas, pois eles mantinham uma flotilha de escolta e confiava-se que não venderiam seus passageiros como escravos nos portos muçulmanos, segundo fizeram certos mercadores italianos. Era comum usar espaços vazios para mercadorias, e assim exportavam especiarias, seda, anilinas, porcelana e vidros, aproveitando ao máximo as isenções de taxas alfandegárias, e cedo rivalizaram com os mercadores levantinos que com eles transacionavam”. SEWARD (2004, p. 50).

Com o tempo a Itália foi a maior favorecida com as expedições. Os senhores de toda a Europa transferiram grande parte de sua riqueza aos venezianos e genoveses, quando da necessidade do transporte marítimo e de mantimentos, incentivando assim, além do comércio, a construção naval. Segundo AZIZ (1979, p. 122):

“Ao longo do mar, uma série de portos contribuem à prosperidade econômica do reino: Ascalon, Jafê, Cedaréia, Caifas [...] Esses portos são em geral habitados por negociantes italianos, originários em sua maioria de Veneza, de Gênova, de Pisa ou de Amalfi e desfrutam privilégios consideráveis, como recordação da ajuda decisiva prestada pelas repúblicas italianas aos cruzados, ajuda que não era contudo isenta de segundas intenções comerciais.”

As principais cidades italianas dominavam o comércio marítimo e os mercadores acumularam enormes fortunas monetárias, o que tornou possível o comércio por toda a Europa. O capital acumulado pelos italianos foi a primeira condição surgida para o nascimento do capitalismo, suas conseqüências foram os investimentos na produção e o surgimento do trabalho assalariado.

O imenso capital que a Igreja arrecadou nos movimentos da Cruzada, unindo-se à sua riqueza anterior foi aplicado no comércio dos produtos e do dinheiro. A Igreja tomava conta das propriedades dos nobres que partiam para as Cruzadas, e como a maioria nunca retornava, seu capital ficava definitivamente incorporado à Igreja.

Assim, apesar de suas proibições, a própria Igreja foi a primeira a acumular capital e a investir, portanto, foi um dos primeiros capitalistas do mundo.

O enfraquecimento do poder religioso da Igreja permitiu que o tabu da usura fosse vencido, liberando o comércio com fins de lucro sem remorsos aos negociantes, que também pecavam pela cobiça, agora sem medo, diante da riqueza ostentada pela Igreja. Difundiu-se assim o livre espírito de lucro, a obtenção de dinheiro pelo dinheiro, o chamado “racionalismo econômico”. Conforme EE GOFF (1980, p. 53). “Impunha-se, portanto, a concepção de um tempo novo, o tempo do mercador. Racional, singular, mensurável, adequado ao progresso da vida urbana e aos objetivos da burguesia”.

A classe comerciante fortalecida então pelo despertar da nova realidade, tinha consciência de que não podia organizar-se pra derrubar o mais forte dos senhores, a Igreja. Mas sabia também que agora tinha poder econômico suficiente para comprar e dirigir alguém que já tivesse um certo poder político, faltando-lhe apenas meios financeiros para impor totalmente seu poder.

O rei, a figura ideal escolhida, soube corresponder aos anseios da classe comerciante. Auxiliado financeiramente, pôde fortalecer-se com a manutenção de um poderoso exército, que finalmente superou os senhores feudais, desviando para o Estado nacional os impostos e rendas, antes dirigidos pra as aldeias e igrejas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O feudalismo, vivido pelo homem medieval, que se formou justamente pela busca de proteção, foi na realidade um sistema muito mais agressivo à vida humana do que as guerras vividas anteriormente. A força de trabalho humilde foi roubada continuamente, e a fome e o esforço físico, que reduziram o homem miserável à qualidade de animal de carga da minoria rica, eram ainda pior do que as mortes violentas. O agredido não podia nem mesmo odiar o agressor, iludido com a idéia de estar protegido. E a Igreja, a maior proprietária de terras, era quem legitimava as relações feudais, amparada pela sua inviolabilidade religiosa e o cego misticismo da população.

Mas foi justamente a consolidação do sistema, que fez o homem medieval buscar a liberdade fora de suas origens, no Oriente. Lá, pôde fugir temporariamente às injustiças e obter conhecimentos que proporcionariam a liberdade, bem como força para lutar por ela. O homem humilde foi quem realmente obteve resultados, pois lutou por sua liberdade de existência, enquanto que o nobre lutava para aumentar sua riqueza. Foi nas “Guerras Santas” que obteve a visão e as condições de liberdade.

Durante a realização das Cruzadas, o homem medieval pôde demonstrar que não era tão crente e fiel ao sistema, pois seus atos mostraram freqüentemente as suas ambições e descontentamentos.

As Cruzadas sacudiram a Europa para o despertar econômico. O comércio que renasceu teve como ponto de partida o desejo de apropriação do próprio fruto do trabalho e da liberdade de existência humana. Assim, como na sua formação, o declínio do feudalismo foi uma consequência natural pela busca da sobrevivência. No entanto, nem todos conseguiram libertar-se rapidamente do jugo feudal e, quando o conseguiram, depararam-se com a autoridade de uma nova classe dominante.

A burguesia, que se fortaleceu do enfraquecimento feudal com o auxílio da revolta camponesa, acabou por tomar o lugar dos senhores feudais na qualidade de explorador. Novas relações de trabalho impostas por esta classe emergente não são

menos cruéis que as do feudalismo, mas são mais compreensíveis para quem vive sob seu jugo.

A Igreja impregnou de tal maneira o Ocidente com seu espírito de aversão pelo comércio, com a manutenção da qualidade de vida pela conservação do sistema feudalista e a expectativa de aprovação ou reprovação divina, que mudanças pareciam impossíveis. Somente quando ela própria, tencionando fortalecer-se, forneceu as condições necessárias ao ressurgimento da vida comercial, é que teve início o longo e tortuoso caminho para o sistema capitalista. O impulso que as Cruzadas proporcionaram à liberdade e à possibilidade de comércio, sem dúvida modificou o sistema vigente. Todos os acontecimentos posteriores, o enfraquecimento da Igreja e dos senhores feudais, o fortalecimento da burguesia e do rei, a volta à monetização, o surgimento do absolutismo e do mercantilismo, e até mesmo as descobertas marítimas, não teriam ocorrido da forma como se deram, em seus devidos momentos, sem o evento cruzadista.

Os laços do feudalismo, que antes fixavam todos os homens na posição em que haviam nascido, perdiam sua força. Os aristocratas estavam empobrecidos, os camponeses desenraizados, e uma nova classe de homens procurava viver do comércio e da indústria.

O desenvolvimento manufatureiro possibilitou a multiplicação dos produtos e distribuição de riqueza para sustentar um amplo mercado. A pobreza não deixou de existir, mas a riqueza, antes privilégio da nobreza, estava agora ao alcance de uma burguesia próspera, que se tornava cada vez maior e mais importante como fator político e econômico, influenciando decisivamente na vida nacional. Foi essa classe média que adotou a importância crescente do homem e do seu lugar no mundo, assumindo política e economicamente as reformas religiosas, ocorridas em consequência do desgosto pela Igreja Católica.

As técnicas bancárias, as inovações agrícolas e, em especial, o conhecimento trazido do Oriente, modificaram a história da Europa feudal. O desenvolvimento da intelectualidade, pela quebra do monopólio religioso de leitura e escrita, proporcionou as grandes descobertas que possibilitaram as aventuras marítimas.

Sem dúvida, a relação entre as expedições ao Oriente e a transformação da Europa é estreita, e tudo o que a abertura do comércio propicia está ligado ao desenvolvimento do capitalismo.

O termo “Idade Média” também se torna discutível devido aos acontecimentos que nessa época ocorreram. Se, na formação do feudalismo houve um período de certa estagnação e também um período de adaptação a novas culturas, isso pode ser explicado pela brusca mudança de situação imposta aos habitantes da Europa. Deste modo, as transformações ocorridas na Europa nesse período permitiram um avanço intelectual e artístico, que seria a base para a cultura moderna, e mais ainda, uma expansão comercial que proporcionaria uma nova alteração da sociedade e a preparação para o sistema capitalista.

REFERÊNCIAS

AZIZ, Philippe. **As Grandes Civilizações Desaparecidas**. Rio de Janeiro: Otto Pierre Editores, 1979.

CROUZET, Maurice. **História Geral das Civilizações: a Idade Média: os Tempos Difíceis**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

DOBB, Maurice. **A Evolução do Capitalismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

DUBY, Georges. **O Tempo das Catedrais: Arte e Sociedade 980-1420**. Lisboa: Estampa, 1970.

_____. **Guerreiros e Camponeses**. Lisboa: Estampa, 1990.

DURANT, Will. **História da Civilização: a idade da fé**. São Paulo: Nacional, 1957.

_____. **História da Civilização: nossa herança clássica**. São Paulo: Nacional, 1957.

ESPINOSA, Fernanda. **Antologia de textos medievais**. 3.ed. Lisboa: Sá da Costa, 1981.

FRANCO JR, Hilário. **O Feudalismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

_____. **As Cruzadas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

FREMANTLE, Anne. **Idade da fé**. Biblioteca de história universal Life. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.

GALBRAITH, John Kenneth. **Pensamento Econômico em Perspectiva**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1989.

GANSHOF, F. L. **Que é o Feudalismo?** Trad. Jorge Borges de Macedo. 4. ed. Portugal: Publicações Europa-América, 1976.

GIORDANI, Mario Curtis. **História do Mundo Feudal: Acontecimentos Políticos**. Petrópolis: Vozes, 1974.

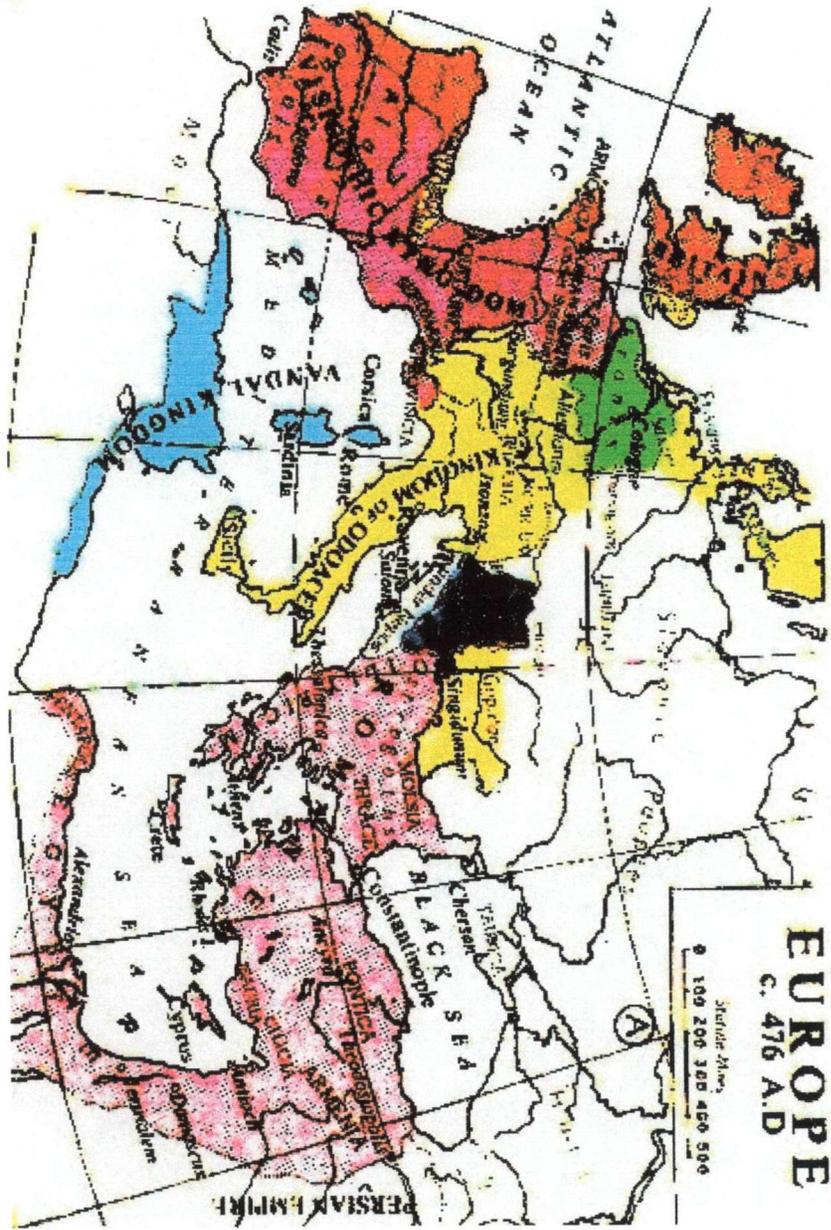
HEERS, Jacques. **História Medieval**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1974.

HOBSON, John A. **A Evolução do Capitalismo Moderno**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

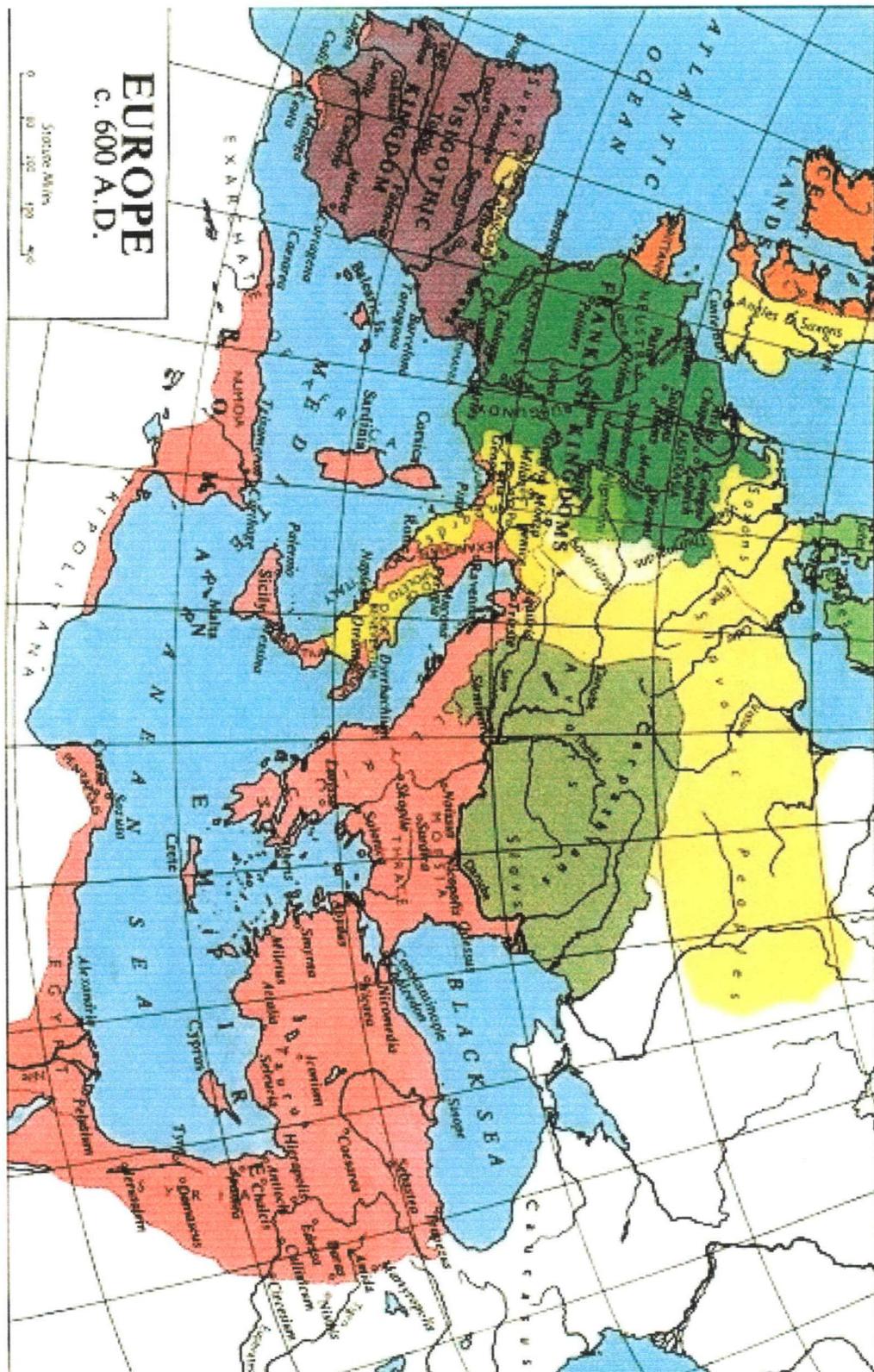
- HOFFNER, Joseph. **Colonização e Evangelho**. Rio de Janeiro: Presença, 1977.
- HOLEANDA, Sérgio Buarque de. **História da Civilização**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1990.
- LE GOFF, Jacques. **Para um novo conceito de Idade Média**. Lisboa: Estampa, 1980.
- LIKODIS, James. **Apostolado Veritatis Splendor: História do Cisma Bizantino**. Disponível em < <http://www.veritatis.com.br/article/4146> >. Acessado em: 10/08/2007.
- MICHALANY, Douglas. **Universo e Humanidade**. São Paulo: A Grande Enciclopédia da Vida, 1967, 7v.
- MONTEIRO, H. M. **Feudalismo: economia e sociedade**. São Paulo: Atica, 1986.
- PERROY, Édouard. **A Idade Média (História Geral das Civilizações 6, 7, 8)**. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.
- PIRENNE, Henri. **História Econômica e Social da Idade Média**. São Paulo: Mestre Jou, 1982.
- _____. **Maomé e Carlos Magno**. Lisboa: Publicações Dom Quixote. (s.d.).
- PUIGGRÓS, Rodolfo. **Génesis y desarrollo dei feudalismo**. México: Editorial F. Trillas, 1965.
- RICHÉ, Pierre. **As Invasões Bárbaras**. São Paulo: Europa América, 1980.
- RUNCIMAN, S. **A civilização Bizantina**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1961.
- SEWARD, Desmond. **Os monges da Guerra: História das Ordens Militares**. Barcelona: Edhasa, 2004.
- SHERRARD, Philip. **Bizâncio**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.
- SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Abril Cultural, Atica, 1968.
- WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1967.

ANEXOS

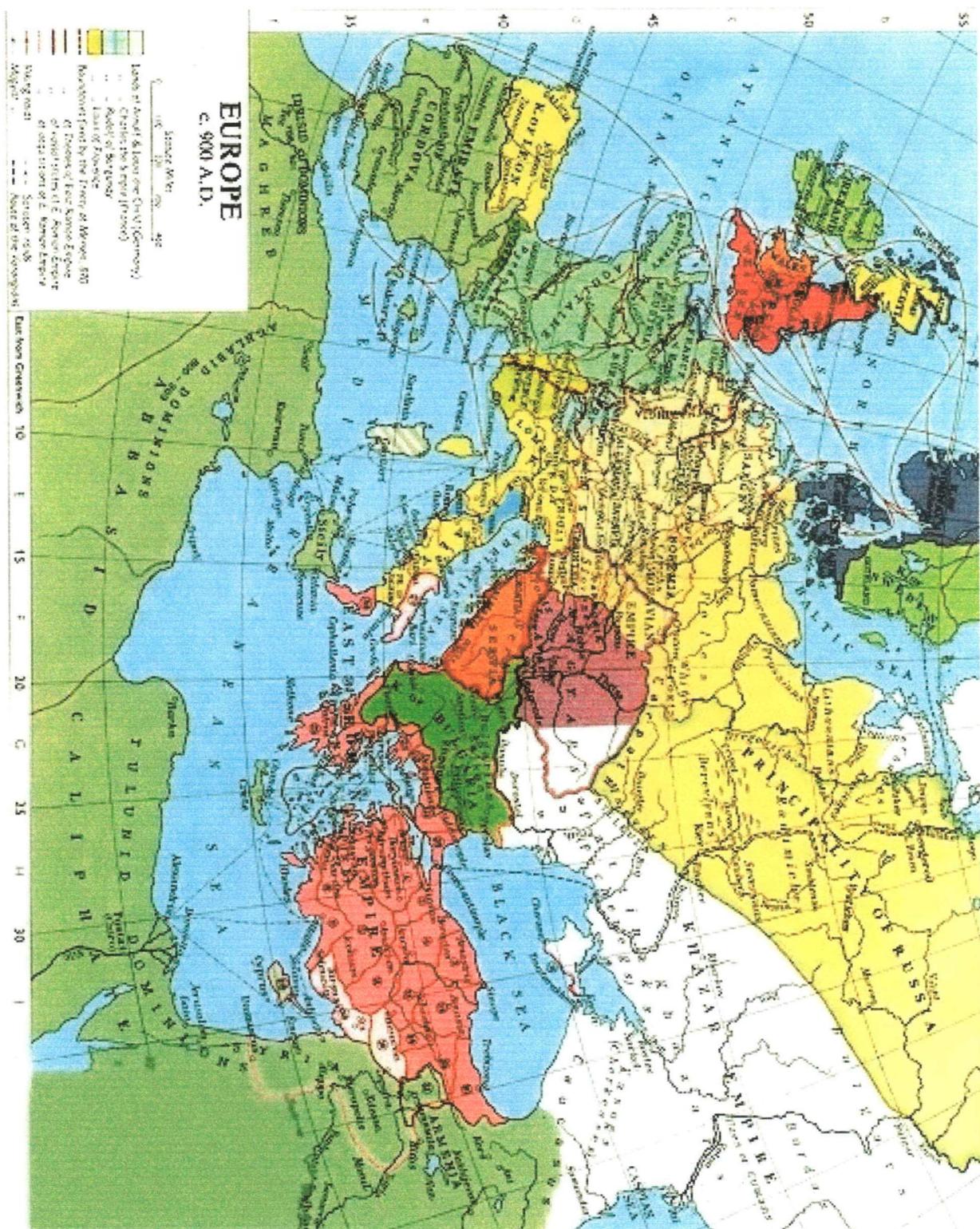
ANEXO 1 – Mapa da Europa em 476 d.C.



ANEXO 2 – Mapa da Europa em 600 d.C.

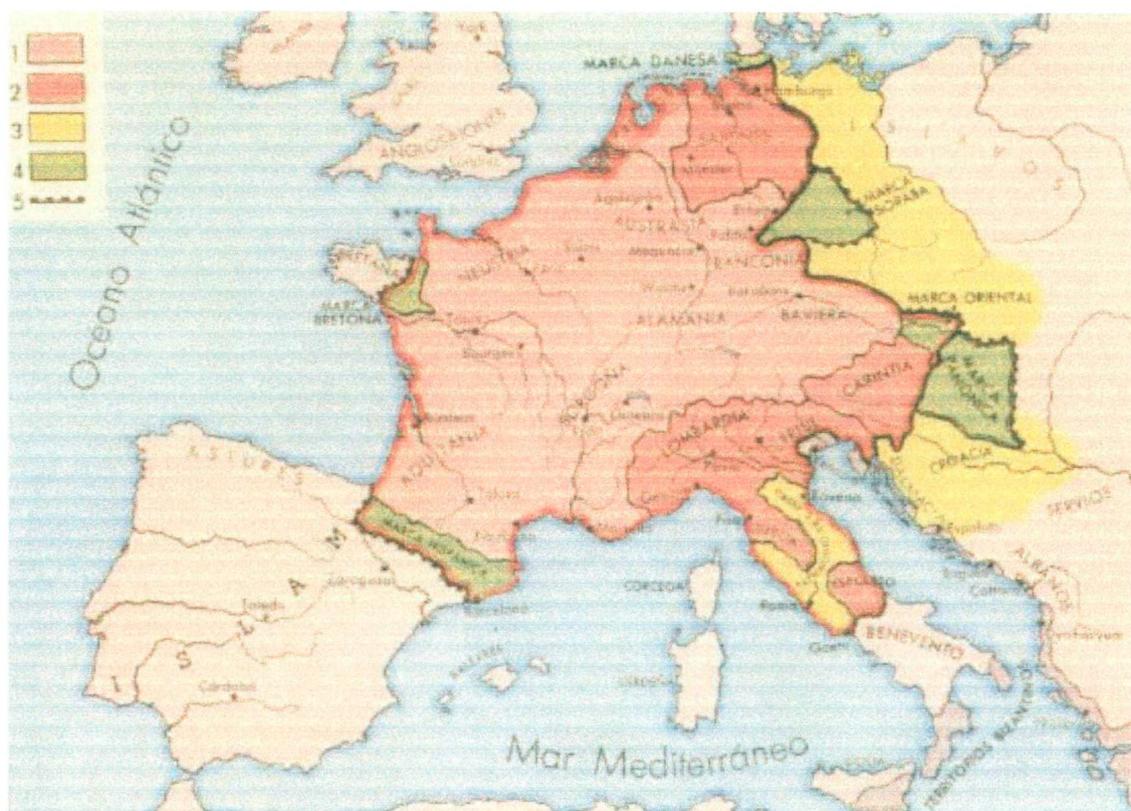


ANEXO 3 – Mapa da Europa em 900 d. C.



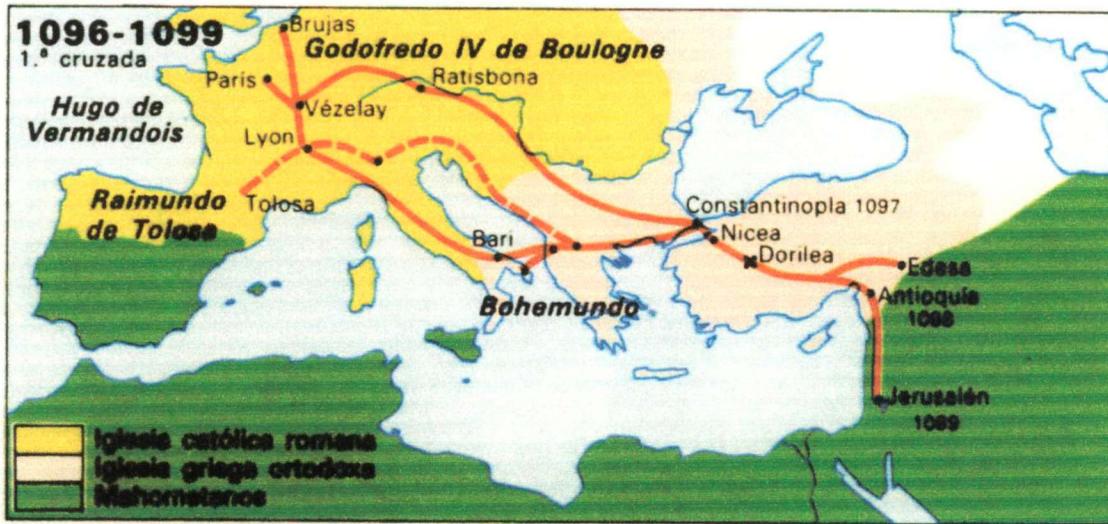
ANEXO 4 – Mapa da Europa em 1.360

ANEXO 5 – Mapa do Império Carolíngio

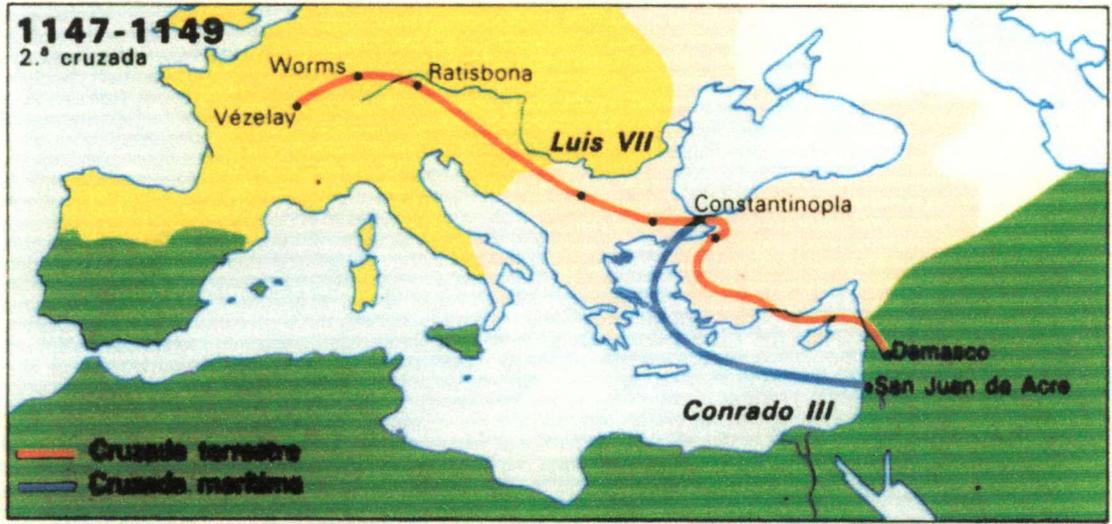


- Signos:
- 1) Territórios herdados por Carlos Magno;
 - 2) Territórios conquistados por Carlos Magno;
 - 3) Territórios maios ou menos dependentes do Império Carolíngio;
 - 4) Marcas defensivas do Império;
 - 5) Linhas de resistência do Império.

ANEXO 6 – Rota da Primeira Cruzada



ANEXO 7 – Rota da Segunda Cruzada



ANEXO 8 – Rota da Terceira Cruzada



ANEXO 9 – Rotas da Quarta e Quinta Cruzada



ANEXO 10 – Rotas da Sexta, Sétima e Oitava Cruzada

